

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 37

(sem revisão final)

9 de janeiro de 2019

(17,39 h — 21,35 h)

Ordem do dia: Audição do Prof. Carlos Zorrinho (Secretário de Estado da Energia e da Inovação, entre 2009 e 2011)

Presidente da Comissão: Emídio Guerreiro

Deputados:

Hugo Costa (PS)

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

Helga Correia (PSD)

António Cardoso (PS)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Eram 17 horas e 39 minutos.

Hoje temos a audição do Prof. Carlos Zorrinho, a quem saúdo de forma calorosa. É um ex-Deputado e ex-membro do Governo com quem tive, ainda, a oportunidade de partilhar tempos nesta Casa e, embora tenha sido em lados diferentes, tal deixa sempre boas recordações dos confrontos políticos leais que se foram mantendo ao longo do tempo.

Já tive oportunidade de, neste caso, relembrar ao Dr. Carlos Zorrinho o *modus operandi* da Comissão e, assim sendo, estamos em condições de iniciar os trabalhos.

O Sr. Doutor vai fazer uma apresentação inicial e depois seguimos, sendo que, pela ordem estabelecida, cabe hoje ao Partido Socialista fazer a primeira ronda, mas já lá iremos. Para já, e de imediato, tem a palavra o Dr. Carlos Zorrinho.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho** (Secretário de Estado da Energia e da Inovação, entre 2009 e 2011): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Como imaginam, é com muita satisfação mas, ao mesmo tempo, total sentido de responsabilidade, que participo nesta audição parlamentar.

Ao longo da minha vida — que já vai longa —, desempenhei múltiplas funções. Mas, desde que, em 1995, fui pela primeira vez eleito Deputado à Assembleia da República, sinto-me, antes de mais e primeiro que tudo, um parlamentar.

Hoje, como sabem, estou a desempenhar funções no Parlamento Europeu, mantendo, portanto, bem presente essa dimensão parlamentar da minha ação de serviço público.

Uma das funções que desempenhei, e é por isso que estou aqui hoje, foi a de Secretário de Estado da Energia e da Inovação, entre novembro de 2009 e junho de 2011. Fiz parte, com muitos outros, de um ciclo em que Portugal consolidou um enorme salto qualitativo na sua aposta nas energias renováveis produzidas a partir de recursos endógenos.

Vale sempre a pena, quando depois discutimos em pormenor os processos, compreender o quadro geral em que eles ocorrem. Alguns números globais traduzem a dimensão do que foi conseguido. Nós tínhamos uma dependência energética de 84% em 2006 e, em 2016, a nossa dependência tinha-se reduzido para 75%. A produção primária de energia renovável subiu de 16% para 27%, no mesmo período, e o saldo importador reduziu-se 2,7 milhões de euros por ano, o que é extremamente significativo.

Ao mesmo tempo, o peso das renováveis no *mix* energético passou de 20,8% para 28,5% e o peso da eletricidade de 25% para 54%, no mesmo referencial de tempo.

Recentemente — aliás, mantenho-me como membro relator-sombra do regulamento europeu da governação da energia —, a meta estabelecida para a componente de energias renováveis na energia global é de 32%, pelo que estamos, então, muito próximos de atingir essa meta. Esta é uma meta para 2030, e podemos atingi-la, certamente, muito mais depressa.

Exerci estas funções, como todos sabem, num contexto marcado por algumas variáveis, que gostaria de recordar, como, por exemplo, ter sido no olho do furacão da crise financeira.

Como sabem, exerci as funções, como disse há pouco, entre 2009 e 2011, que foi exatamente no centro da grande crise financeira, de Portugal,

da Europa e do mundo, que decorreu da crise do *subprime* nos Estados Unidos.

Exerci funções também no quadro de uma enorme pressão para transpor a diretiva de liberalização dos mercados de energia, Portugal estava atrasado e com ameaças de coima por não transposição da diretiva de liberalização do mercado da energia. E gostaria de recordar a todos que exerci as minhas funções também num tempo em que o Estado português mantinha a maioria do capital da REN (Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.).

Portanto, a REN era maioritariamente pública, o Estado português tinha uma *golden share* de 25% na EDP (Energias de Portugal), o Presidente da EDP era, na altura, o Eng.º António Almeida, já falecido, e tinha também uma *golden share* na Galp, com a participação de capital de 6%.

Portanto, este era o contexto: pressão de liberalização, crise financeira, Estado dono da REN, Estado com *golden share* na EDP e na Galp. Foi neste contexto que pusemos em prática, numa articulação sempre clara com o Sr. Ministro da Economia, à altura o Eng.º António Vieira da Silva — que os Srs. Deputados também ouvirão nesta Comissão de Inquérito —, uma estratégia, que sintetizaria muito rapidamente, porque o que interessa, fundamentalmente, são as decisões e as opções, e é sobre isso que vos quero esclarecer, dentro daquilo que puder.

De qualquer forma, é bom referir que, quando chegámos ao Ministério, reunimos com todos os *stakeholders*, e fizemos aprovar, em Conselho de Ministros, uma resolução — trabalhada a partir de muita informação, a partir de muita cenarização —, que foi a Estratégia Nacional para a Energia 2020, penso que ainda em vigor.

Todas as decisões que depois foram tomadas, durante o tempo em que exerci funções, enquadraram-se nessa estratégia, aprovada em Conselho de Ministros e decorrente da audição prévia dos *stakeholders* desta área, desde

os consumidores, aos produtores, à indústria associada, enfim, a todos aqueles que tinham uma palavra a dizer na estratégia da energia.

A aposta no *mix* energético, o apoio à inovação nas diversas fileiras das energias renováveis, o apoio às tecnologias de armazenamento e distribuição, o aproveitamento do nicho de valor acrescentado que temos, também, no processamento de combustíveis fósseis, por exemplo, no armazenamento de gás, na refinação de *fuel*, que é muito importante para Portugal, foram medidas continuadas, mas que estavam desenhadas, e que foram desenhadas, no quadro da Estratégia Nacional para a Energia 2020.

No momento em que Portugal, como sabem, está a preparar o seu Plano Integrado Energia-Clima 2030 e Energia-Clima 2050, com maior detalhe na componente de energia, com um tempo mais alargado e menos detalhe na componente clima, penso que a experiência da formulação da estratégia 2020 é um bom contributo, e sinto que a minha autoavaliação, daquilo que fiz, daquilo que pus em prática, decorreu, exatamente, da implementação dessa estratégia que, de forma muito genérica, visava, sobretudo, ter uma justiça e defesa do consumidor e da inovação, acompanhando tarifas, contratos, introduzindo, de forma justa, as adaptações necessárias no mercado.

Por isso, foi muito importante concluir o MIBEL (Mercado Ibérico de Eletricidade) e dar passos — depois, infelizmente, ficaram relativamente parados — na construção do MIBGAS (Mercado Ibérico do Gás Natural); reduzir o défice tarifário, de acordo com o estabelecido na estratégia — nós reduzimos o défice tarifário, infelizmente ele subiu muito depois; introduzir a tarifa social para consumidores domésticos; manter a opção de tarifa regulada — não obstante termos de fazer a liberalização do mercado em função das diretivas europeias, mantivemos a tarifa regulada para consumidores domésticos de baixo consumo, até 10,35 kVA da potência contratada; fazer uma aposta forte na transição energética, na mobilidade

elétrica; fazer a transposição da diretiva de cogeração, reduzindo potenciais abusos, salvaguardando a competitividade das PME (pequenas e médias empresas); utilizar a interruptibilidade — falaremos disso, certamente, mais à frente — para garantir a sustentabilidade do sistema; ou aumentar a taxa de cobertura e reduzir os custos globais do sistema.

Também nesse período — recordam-se que foi um período em que as matérias-primas para os biocombustíveis subiram muito e em que houve uma escassez alimentar forte no mundo —, uma vez que tinha havido um investimento muito forte na produção de biocombustível em Portugal, há muito poucos anos, foi preciso intervir fortemente para conseguir salvaguardar o potencial instalado em Portugal e regularizar o mercado de combustíveis.

Foi também — e queria referi-lo — feito um trabalho em parceria com a Assembleia da República, para uma maior transparência para os consumidores na forma como é formado o preço, em particular da eletricidade — que é aquilo de que estamos a falar agora —, mas também de outro tipo de energia; foi aprovado pela Assembleia da República o quadro legal que estabeleceu a obrigatoriedade da faturação detalhada — recordo-me de ter trabalhado em articulação direta com a Comissão de Economia e a Assembleia da República para que esse quadro legal tivesse sido aprovado; foi criado um grupo de trabalho que visou criar uma metodologia para garantir que a subida da eletricidade para os particulares não excederia os 2% e para a indústria o 1,5%, para criar uma certeza do ponto de vista competitivo.

Aliás, as regras desse grupo de trabalho foram, depois, adotadas pela troica. Enfim, a troica também adotou o IVA (imposto de valor acrescentado) na eletricidade. Isso é um fator à parte, mas, em termos do bolo não-fiscal, essa metodologia foi adotada.

Uma vez que falei em IVA, queria também dizer que, durante o meu mandato e durante o mandato do Ministério que integrei, embora o País tivesse dificuldades, opusemo-nos sempre, e com sucesso, a que o IVA da eletricidade fosse aumentado. E por uma razão muito simples: é que há um conjunto de sobrecustos imputados às tarifas de eletricidade. Esses sobrecustos são — a maior parte deles — sobrecustos de interesse nacional, na nossa perspetiva. São taxas de passagem dos municípios; são taxas de participação para a regularização e preços dos Açores e da Madeira; são benefícios à produção para termos liderança nas energias renováveis e para termos inovação nas novas áreas de produção energética.

Portanto, sempre achámos que isso justificava o opormo-nos à pressão enorme da Comissão Europeia para que o IVA subisse. Como sabem, depois, ele subiu e, entretanto, sofreu algumas alterações, que não me compete comentar, porque eu, Sr. Presidente, como imagina, estou aqui para falar dos dois anos em que fui protagonista ativo nesta área. No resto do período sou um cidadão, que se interessa pela área de energia, mas isso serve-me para participar em colóquios e não em comissões de inquérito.

Tomei muitas opções, tomámos muitas opções, tomámos muitas decisões. Certamente, é sobre isso que os Srs. Deputados me querem ouvir e é para isso que estou à vossa total disposição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, agradeço a exposição.

Para iniciar a primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cumprimento o Prof. Carlos Zorrinho, dizendo, antes de mais, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprecia positivamente a aposta na transição energética e na

sustentabilidade, que aqui nos referiu, e que não acredita que as renováveis sejam, *per si*, sinónimo de rendas excessivas. Acreditamos também que a descarbonização da economia, nomeadamente colocando a neutralidade de carbono em 2050, é um desígnio de todos.

Sublinho que foi no Governo de que o Sr. Professor fez parte que foi criada a tarifa social da eletricidade, que visa defender quem, em primeiro lugar, deve ser defendido, ou seja, os consumidores mais vulneráveis, combatendo, por isso, a pobreza energética.

Contemporânea dessa tarifa social é a concretização de um mecanismo — e era por aí que começava as perguntas —, o denominado mecanismo de garantia de potência. O mesmo visava cumprir com as obrigações do Mercado Ibérico de Eletricidade e já vinha da legislação de 2007, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 264/2007.

Faço-lhe o seguinte conjunto de perguntas sobre o referido mecanismo, que já existia em Espanha. Podia explicar-nos melhor como é que o mesmo mecanismo funcionava? Existiam, ou não, pareceres sobre o mesmo mecanismo? Estávamos, ou não, atrasados na harmonização deste procedimento com Espanha? Pela sua experiência, em várias funções, como vê este mecanismo à luz da atual legislação europeia?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sr. Deputado, como referiu, em primeiro lugar, a garantia de potência foi criada pelo Decreto-Lei n.º 264/2007. Uma das estratégias prioritárias do período em que exerci funções no Governo foi concretizar o mercado ibérico de energia.

Era fundamental para a sustentabilidade do sistema, para a competitividade da nossa economia, para conseguirmos melhores preços e melhor capacidade de gestão do nosso sistema energético, a conclusão do MIBEL.

A conclusão do MIBEL, depois de terem sido ultrapassados muitos obstáculos, ficou dependente de uma última questão. Essa última questão, como referiu, era a de haver, em Espanha, um mecanismo de compensação pela potência instalada que não havia em Portugal. Havia também vários estudos pedidos sobre os cálculos de qual seria o valor indicado para essa compensação.

A nossa decisão foi a de, por portaria, fazer equivaler a garantia de potência em Portugal à garantia de potência em Espanha. Ou seja, a garantia de potência em Portugal foi de 20 000 €/MW ao ano de potência instalada, por portaria, exatamente igual à espanhola, com o seguinte princípio: a tendência seria sempre para baixar.

Uma portaria pode publicar-se em qualquer momento. Começando em parceria, partindo do princípio de que o MIBEL iria permitir um mercado mais fluído e, portanto, menos necessidades de garantia. Havendo menos necessidades de garantia e mais taxa de cobertura, que, aliás, também seria assegurada pela interruptibilidade — certamente mais à frente falaremos nisso —, portanto, havendo mais taxa de cobertura e mais fluidez no mercado, progressivamente, as necessidades de garantia seriam menores. Aliás, foi isso que se verificou posteriormente.

Hoje, e como fez essa pergunta, no quadro europeu, e como fiz parte do grupo, como disse, enquanto relator sombra da equipa do Parlamento Europeu que negociou a *governance*, o chamado «mecanismo de disponibilidade» é algo que está previsto apenas quando é demonstrado que o mercado único não funciona. Ou seja, só faz sentido ter um mecanismo de disponibilidade, que é um mecanismo de segurança, se não tivermos uma interconexão dos mercados que garanta a cobertura. Por isso, a tendência será para que estas garantias se reduzam, mas ainda poderá haver nomeadamente em países como Portugal e Espanha, que, embora agora

tenham mais cobertura porque têm o MIBEL, têm o *bottleneck* da ligação aos Pirenéus.

Está definido que até 2030 tem de haver 15% de interconexão entre todos no mercado europeu. Estou convencido de que se nos aproximarmos de valores desse tipo, de interconexões de 15%, não fará sentido ter pagamento de mecanismos de disponibilidade.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Professor, compreendemos bem a questão do Mercado Ibérico de Eletricidade e concordamos com a importância das interligações, mas suscita-nos a seguinte pergunta: esse serviço, que é um incentivo ao investimento e ao serviço de disponibilidade, faz algum sentido num contexto de mercado livre?

É que, muitas vezes, foi aqui debatido que o mercado elétrico devia ser um mercado livre e o MIBEL tinha esse objetivo. Assim sendo, esse serviço de disponibilidade faz sentido no mercado liberalizado?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — No mercado liberalizado e com dimensão, não. No mercado em transição para a liberalização, com uma aposta forte, política, no sentido de que essa liberalização tivesse uma dimensão de inovação e de investimento em energias menos poluentes, e num quadro, como lhe disse, de ilha energética, então faz sentido.

De qualquer maneira, também lhe digo o seguinte, Sr. Deputado: se Espanha tivesse aceitado fixar o MIBEL sem garantia de potência, não seria por Portugal que ela teria sido fixada. No entanto, havendo uma ilha energética e querendo ter um mercado comum, não pode haver um mercado comum com regras diferentes.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Professor, tendo como base uma norma aprovada no Orçamento do Estado para 2016, o atual Governo

Constitucional pediu à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) uma avaliação no período entre 2012 e 2013 sobre os custos que este mecanismo tinha tido, chegando a uma conclusão de cerca de 33 milhões de euros anuais. Em 2017, o preço deixou de ser administrativamente fixado e passou a ser através de leilão. Posteriormente, em 2018, o mecanismo foi suspenso.

Tendo em conta o carácter transitório do mecanismo e também as informações que já nos deu, considera que esta foi a evolução natural deste mecanismo de garantia de potência?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Como decorre das respostas que lhe dei anteriormente, penso que sim.

Penso que a opção pelo leilão foi muito acertada e a partir do momento em que infelizmente... Digo «infelizmente» porque, por um lado, é bom termos uma grande capacidade de produção de energia, mas, por outro lado, o facto de não se terem verificado os cenários de consumo que imaginávamos resulta de a nossa economia e a capacidade de consumo das nossas famílias não ter evoluído como se imaginava. Mas isso só demonstra que o mecanismo funciona.

Ou seja, a partir do momento em que a taxa de cobertura não justifica o prémio de investimento, o prémio de investimento não existe. Portanto, acho que todo este desenrolar mostra quer a adequação da decisão inicial, quer a flexibilidade que ela tinha de ter e que tinha.

O Sr. **Hugo Costa (PS)**: — Sr. Professor, como já foi dito no início, este mecanismo foi contemporâneo do mecanismo da tarifa social, que permitiu que os consumidores mais vulneráveis tivessem aquilo que é hoje um desconto de 33,3% na sua fatura. Abrangeu, na altura, cerca de 180 000

famílias. Hoje, devido aos automatismos que foram criados pelo atual Governo, chega a cerca de 800 000 beneficiários.

Pode afirmar-se, dessa forma, que o facto de as empresas suportarem esta tarifa, não repercutindo as mesmas sobre os consumidores, foi uma solução justa e retributiva, que foi possível com vários mecanismos, entre eles o de garantia de potência?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Foi exatamente isso.

Como há pouco referi, a garantia de potência, além de ser um mecanismo de garantia, como o próprio nome indica, um mecanismo de segurança, poderia ter sido mais importante se as pressões de aumento do consumo se tivessem verificado, mas, ao mesmo tempo, era flexível para poder ser desativado progressivamente à medida que essas pressões de consumo não se verificaram.

Conseguimos que as operadoras se tivessem comprometido em simultâneo com a tarifa social. É muito importante referir isso, porque continua a ser discutido hoje. Não quero discutir a situação hoje, quero discutir a origem. A tarifa social foi criada em complemento e em pacote político com a garantia de potência, dizendo o seguinte: «Se há aqui uma garantia de fornecimento, temos uma garantia de fornecimento do lado da produção, mas também temos de ter uma garantia de consumo do lado dos utilizadores». Há muita pobreza energética na Europa, há muita pobreza energética no mundo e há pobreza energética em Portugal. A tarifa social foi exatamente para combater essa pobreza energética.

Felizmente, chegámos a 180 000 utilizadores. Infelizmente, insistimos e ficámos à espera de uma autorização das nossas instituições de proteção de dados para que pudesse haver o cruzamento de informação, que permitiu... Só não se chegou a 800 000 pessoas logo — seria bom que fossem menos, eram menos a ter aquelas condições de rendimento para poder aceder à tarifa

social —, ou a 700 000, não sei quantas eram na altura, porque houve essa dificuldade. As pessoas tinham de fazer uma declaração direta no comercializador e isso inibe sempre as pessoas de o fazerem. Felizmente, hoje temos 800 000. Na altura, tivemos 180 000.

A interruptibilidade também teve vários... É difícil, às vezes – e peço desculpa, sei que não quero ocupar mais do que 8 minutos, não vos quero ocupar muito tempo –, mas as coisas não acontecem só por um facto, acontecem por muitos factos.

Espanha também tinha interruptibilidade, portanto, era igualmente importante, para alinharmos os nossos mercados, aproveitar essa experiência. A interruptibilidade permitia-nos resolver algumas questões importantes e contribuiu para a resolução de três questões importantes, como recordo agora – e vamos lá ver se me recordo das três: em primeiro lugar, a interruptibilidade melhorou, desde logo, o índice de cobertura, portanto, a interruptibilidade também estava ligada com a garantia de potência. Quanto maior era o índice de cobertura, menor seria a garantia de potência quando fosse revista a seguir, e a interruptibilidade permite melhorar o índice de cobertura; em segundo lugar, a interruptibilidade permitiu-nos resolver um problema técnico nas grandes empresas, porque uma das coisas que sei que foi discutida, naturalmente, foi se a interruptibilidade não deveria ser apenas...

E, já agora vou a outro assunto que permitiu resolver, ou seja, houve um reconhecimento por parte do regulador de um sobrecusto nas redes de distribuição de 70 milhões, sobrecusto esse que não estava previsto. Foi daqueles sobrecustos em que o Secretário de Estado se deita à noite a imaginar que não tem esses 70 milhões e acorda de manhã a dizer que tem 70 milhões, que o regulador reconhece como sobreavaliação dos custos do sistema de distribuição e que têm de ser colocados nas empresas; nas empresas e não na tarifa pessoal, porque essa tinha sido definida para o ano.

Portanto, havia aqui um problema, que era um aumento complexo na fatura energética das empresas, e isso também ajudou a resolver.

A pergunta seguinte que certamente me farão é esta: «por que é que não fizeram isso para as PME, para os cafés, para os restaurantes, para os pequenos comércios? E fizeram isso também para empresas grandes, para grandes superfícies comerciais?» Bem, por uma razão muito importante: hoje não sei mas na altura éramos informados diariamente, repito, diariamente, e muitas vezes reportei isso ao incumbente, de muitos problemas na consistência do fornecimento de eletricidade. Os microcortes, com as novas tecnologias, com as robóticas, com as produções sintonizadas, com os novos sistemas de armazenamento, as variações de potência, tudo isso cria um enorme problema às empresas.

O que fizemos na altura, e podem verificar a legislação, foi obrigar essas empresas a ter um sistema alternativo de regularização de potência, para beneficiarem da interruptibilidade. «Para quê?!» Dirão: «Mas nunca desligaram!». Dizia há pouco que nunca foi preciso desligar, mas se precisassem de desligar, poderiam fazê-lo, e esse investimento que fizeram — que também foi muito importante para a energia nacional, porque grande parte daqueles equipamentos foi comprada à indústria nacional — permitiu que muitas empresas tivessem um sistema de regularização que terminasse com os microcortes, com os impactos das falhas de luz, etc.

Portanto, reforçámos a sustentabilidade do sistema, fazendo com que se pagasse menos, ou seja, amortizando os tais 70 milhões e melhorando o índice de cobertura, articulando com Espanha.

E, já agora, só para terminar, ainda introduzimos um outro ponto, que foi a majoração positiva do prémio de interruptibilidade a quem consumisse no vazio e a majoração negativa aos consumos em ponta, o que foi uma outra forma de introduzirmos, e é muito importante, a sustentabilidade no sistema.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Professor, introduziu já o tema da interruptibilidade. Tínhamos algumas...

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Não me tinha perguntado? Peço desculpa, mas está ligada.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Está ligada, por isso, farei algumas perguntas sobre o tema da interruptibilidade, não sem antes de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não podia estar mais de acordo com a criação da tarifa social e depois, também, com o automatismo que foi criado.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sim, foi com a tarifa social que liguei.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em relação à interruptibilidade, pelos dados que pesquisámos, ela já existe em Portugal desde a década de 80, mas foi criada por portaria pelo Sr. Professor em 2010.

Na sua opinião, perante tudo o que já nos disse e tendo em conta, nomeadamente, que nunca houve, até hoje, um acionamento desse mecanismo, existiu racionalidade na tomada dessa decisão? Não terá sido desproporcionado? Não terá colocado, também, custos exagerados e desproporcionados ao setor, criando uma renda excessiva?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Uma das questões que referi inicialmente, que volto aqui a referir e que acho merecedora de uma reflexão alargada é a seguinte: no quadro de um mercado totalmente liberalizado, ou tendencialmente liberalizado, qual é o papel do responsável político da área da energia?

Bem, o papel do responsável político da área da energia é corrigir as falhas do mercado sem introduzir distorções nesse mercado.

A interruptibilidade, pelas razões que há pouco referi — por ter permitido amortecer algo que ia criar um sobrecusto forte na nossa indústria e no nosso comércio, por uma circunstância que decorreu do reconhecimento de um custo na rede de distribuição por parte do regulador, pelo facto de nos ter permitido beneficiar de um índice de cobertura superior, havendo menor necessidade de mecanismos de compensação, pelo facto de termos, dessa forma, induzido um sistema mais sustentável, incitando as empresas a consumir mais no vazio e menos na ponta, as que podiam, e induzindo a que as empresas adquirissem sistemas de compensação e de correção, nomeadamente num programa comunitário que havia e que também o suportava —, foi uma forma de fazer política através de medidas colaterais, mas com uma visão política clara.

De facto, o motivo essencial pelo qual se fez a interruptibilidade não foi porque estávamos com um enorme receio de ter de cortar várias vezes a luz; foi porque a interruptibilidade nos permitia dar sustentabilidade ao sistema, mantendo-o naquela que é a sua essência, liberalizado, mas em algumas coisas não, nomeadamente na tarifa social, nos consumos até 10,3 kVA, ou na questão da amortização dos custos para a nossa indústria e comércio, o que lhes criava problemas de competitividade, de solvência e outros custos similares.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Professor, este é um mecanismo na área da oferta, o que, do ponto de vista económico — e sendo o senhor também professor nessa área —, é algo que não é muito normal.

Então, a minha questão é a seguinte: era expetável em 2010, quando se decidiu criar este mecanismo, que, volvidos quatro ou cinco anos, já na altura do Governo PSD/CDS, se fizemos as contas, os custos já tivessem

duplicado? Era expetável que esses custos aumentassem cerca de 100% para o sistema energético do País?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Queria que me explicasse melhor a que custos se refere. Da interruptibilidade, em concreto?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sim.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Não tenho esses dados.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Outro dos temas que nos é colocado...

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sr. Deputado, permita-me dizer o seguinte: não tenho esses dados e, portanto, não vou referir-me a nenhum valor em concreto.

Mas temos de, sempre que falamos em dados na área da energia e na área da eletricidade, em particular, ter um dado de referência: o mercado da eletricidade em Portugal vale 5000 milhões de euros.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Esses dados estão nos relatórios anuais da REN, têm a ver com a remuneração e têm a ver com os custos que existiam.

Compreendo que este assunto já ultrapassa a sua área de governação e que, por isso, não tenha esses dados – e em audições posteriores de responsáveis políticos posteriores o mesmo assunto poderá ser questionado –, mas, a verdade é que, pelos dados da REN, duplicaram os custos de remuneração nos quatro anos seguintes.

Um outro tema, que tem sido debatido e que tem a ver com o período de cerca de dois anos em que estive com responsabilidades políticas nesta matéria, tem a ver com a remuneração dos terrenos da REN.

No contexto da extinção dos CAE foi colocada a possibilidade de os terrenos da REN serem remunerados. Aliás, julgo que há aqui uma questão sensível e importante que deve ser sublinhada que tem a ver com o facto de, na altura, a REN ser uma empresa pública, antes de ser privatizada, digamos assim, pelo Governo que se lhe seguiu.

Pergunto: qual foi o método de cálculo para chegar ao valor que levou à venda e à remuneração dos terrenos da REN? Qual foi a legislação seguida e se se seguiu, digamos assim, o percurso normal?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Há alguns dados históricos que é importante conhecer: esses terrenos eram da EDP, desde 1994; desde 1994 foram valorizados e amortizados num valor de 400 milhões de euros, com uma taxa de 6,5%; no *unbundling* a REN pública comprou 60% à EDP.

Eu deparei-me com uma empresa pública, de que eu tinha a tutela indireta, a tutela delegada, obviamente, porque a tutela era do ministro, havia um capital não remunerado no balanço feito nesta operação que afetava os rácios financeiros numa altura em que a REN tinha uma intenção de investimento no *pipeline* para Zamora, mas a decisão política que tomámos, e penso que acertada – infelizmente, mais uma vez, o tempo veio dar-nos razão – foi que não faria sentido fazer esse investimento para Zamora, enquanto não estivesse concluído o acordo ibérico de gás para garantir que, quando chegássemos a Zamora, tínhamos também a rede e tínhamos todas as regras para que essa rede pudesse funcionar.

A REN tinha um potencial de investimento forte – aliás, incentivámos a REN a investir no armazenamento de gás no mercado, não no armazenamento de mercado como garantia, mas no armazenamento de gás remunerado pelas tarifas, no armazenamento de gás para o mercado e incentivámos a REN para se expandir para fora do País, nomeadamente em

Moçambique e em outras operações importantes – e falo da REN empresa pública.

Por outro lado, em Espanha, houve uma remuneração equivalente aos terrenos similares e a decisão de remuneração, que visou corrigir uma imparidade, foi tomada com o apoio técnico da ERSE. É verdade que a ERSE nunca se pronunciou a favor da remuneração, porque disse que não era da sua responsabilidade, mas ajudou tecnicamente a calculá-la – aliás, alinhou muito com a taxa de inflação –, e a ERSE também nunca se pronunciou contra a compra dos terrenos pela REN, porque também não era a sua competência. Mas era óbvio que na decorrência da compra dos terrenos da REN à EDP, sendo que a EDP era remunerada, a REN iria exigir uma remuneração.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Professor, pela sua resposta, podemos, então, aferir que esta remuneração visou resolver, em primeiro lugar, uma questão de necessidade da própria REN de remunerar um conjunto de ativos, que não estavam remunerados, e isso colocava problemas contabilísticos, nomeadamente a nível das imparidades, e que, em segundo lugar, todo o processo foi sempre acompanhado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Foi sempre acompanhado e foi, no fundo, para resolver uma injustiça de uma imparidade que estava a bloquear também o potencial da REN – REN pública e REN que eu sempre defendi que devesse continuar a ser pública.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Certíssimo, Sr. Professor.

A REN passaria a ser privatizada por uma opção política subsequente e, obviamente, várias destas decisões, que foram tomadas, tendo como base

o facto de a REN ser pública, colocam várias coisas em causa, mas isso é posterior a essa tomada de decisão.

Uma outra matéria sobre a qual eu queria questioná-lo tem a ver com a Produção em Regime Especial.

No seu mandato foram feitos vários concursos – fotovoltaicos, de proximidade, mini-hídricas –, e eu pergunto-lhe se os valores implicados se nortearam pelo grau de maturidade tecnológica implicado, em leilões...? Como é que foram realizados esses concursos?

Tanto quanto é conhecido, a realização destes concursos permitiu um encaixe de cerca de 100 milhões de euros ao Estado. Foi um procedimento que ainda hoje é sublinhado como correto, e eu gostaria que nos explanasse esse processo.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — O processo mais conhecido de leilão foi o das eólicas que foi anterior ao exercício das minhas funções como Secretário de Estado.

Como Secretário de Estado da Energia e da Inovação, em articulação com o meu colega do Ambiente, o que procurámos foi, sobretudo, criar condições para que as duas empresas que ganharam o concurso – a ENEOP e a Ventinvest – pudessem implantar os megawatts que ganharam em concurso e, ao mesmo tempo, fazer a gestão do Fundo de Apoio à Inovação, que foi muito importante, mas isso foi antes.

No meu mandato reabrimos os concursos de microgeração com preços adaptados – e isso é bastante importante –, prolongámos o mais que pudemos, e tivemos algumas dificuldades devido às pressões financeiras, um programa muito importante para Portugal, de que muita gente se esqueceu, que foi o Programa do Solar Térmico, que foi não apenas um programa muito importante para as pessoas, para as empresas, para os montadores, para a manutenção, criou bastante emprego...

Portanto, quer na microgeração quer no solar térmico, prolongámos o mais que pudemos, fizemos o mais que pudemos, adaptando os preços à maturidade tecnológica. Houve várias aberturas de concursos de microgeração, de forma transparente e com as remunerações a serem adaptadas à maturidade tecnológica.

O concurso das fotovoltaicas foi um concurso de 120 MW, por leilão, como sabe, que permitiu, esse, sim, um encaixe de 100 milhões, como lhe disse, e é curioso – curioso não mas interessante – verificar que a procura foi muito grande e foi, sobretudo, uma procura externa, pelo que houve uma aposta forte na produção em Portugal.

Recordo que Portugal não cometeu – e julgo que também podemos referir isso como algo do meu mandato e de mandatos anteriores – os excessos que Espanha cometeu em relação às grandes centrais fotovoltaicas, pois sempre entendemos que o fotovoltaico teria de evoluir de forma sustentada e este concurso dos 100 MW foi o segundo passo depois da microgeração.

Aliás, muitas vezes recebi autarcas, por exemplo, e outros promotores que tinham projetos muito interessantes de grandes centrais fotovoltaicas que criavam imenso emprego – algum emprego – nos concelhos e eram muito importantes para aqueles concelhos, e lembro-me sempre do que lhes dizia: «Esta central fotovoltaica vai custar aos consumidores portugueses x milhões de euros, se o Sr. Presidente pagar metade eu poderei ponderar sobre se o Estado pode pagar a outra metade». Isto porque, de facto, eram valores muito elevados.

Esta candidatura dos 100 MW permitia, de facto, passar para a média dimensão, deu 100 milhões ao Estado, penso que foi um leilão bem feito, correto, adequado e ajustado.

Sobre se foi uma boa prática, e agora é fácil falar, eu diria que, se não estivéssemos numa situação financeira como a que estávamos na altura – e

eu referi isso – o resultado destes leilões deverá ir diretamente para a tarifa, ou seja, deverá ir diretamente para o déficit tarifário, para a tarifa... Portanto, não deve ir para o Ministério das Finanças como foi naquele caso, mas vivíamos numa circunstância peculiar.

O concurso das mini-hídricas é um concurso todo ele realizado pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e a única coisa que a Secretaria de Estado da Energia e da Inovação, Ministério da Economia, fez foi dar os pontos de ligação.

Os pontos de ligação existem – e sei que, depois, houve dificuldades de concretização, por razões ambientais e outras –, mas o concurso tal como, anteriormente, todo o processo – e não sei se algum dos Srs. Deputados terá a intenção de me fazer uma pergunta e não quero bloquear nenhuma pergunta – que tem a ver com o domínio hídrico, com as grandes barragens, com as pequenas barragens, são da competência, na altura, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Realmente de todos esses processos o que teve, depois, mais dificuldades na sua implementação foi o das mini-hídricas, mas esse foi totalmente da responsabilidade Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. É isso?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Eu não sei! Esse concurso foi aberto no final de 2010, nós saímos do Governo quando o concurso estava em pleno e o que aconteceu depois não sei.

Mas, como lhe digo – e isso eu perguntei –, não foi por falta de pontes de ligação, que foi a única coisa que tínhamos de fazer para esse concurso.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Estes concursos, nomeadamente os leilões, permitiram que o País assumisse uma posição dianteira na área das

renováveis – aliás, ainda hoje estamos no topo, no pódio, digamos assim, da produção de energia elétrica por fonte renovável.

Concorda que estes concursos estiveram em linha com o que se praticava a nível europeu, quer nos valores quer nos métodos que foram utilizados?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sim, isso pode ser visível em linha no sentido positivo, ou seja, nós fomos... Aliás, se há uma marca que se pode atribuir a Portugal, e eu acho que se pode atribuir, como eu disse, há pouco, eu não estou num colóquio estou numa comissão de inquérito e, portanto, não me quero pronunciar sobre governos antes ou depois, estou a fazer uma análise geral.

Como sabem, ou, se calhar não, mas posso referi-lo, eu no Parlamento Europeu sou membro efetivo da Comissão de Indústria, Investigação e Energia, tenho tido mais atividade na área do digital mas também alguma atividade, como referi há pouco, por exemplo, como relator sombra dos socialistas e democratas no regulamento da *governance* e noutros casos, por exemplo, agora, recentemente, também na questão do Semestre Europeu e energia e no abastecimento de gás natural, noutras áreas neste domínio.

Portanto, como estava a dizer, é um facto que Portugal continua a ser visto à escala mundial, europeia, como um país de referência em termos do aproveitamento dos seus recursos endógenos para a produção de energia ambientalmente sustentável.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com o Bloco de Esquerda, dando a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Professor Carlos Zorrinho, queria começar por lhe fazer uma pergunta que é da praxe dos

nossos trabalhos e que é a seguinte: tem alguma declaração de interesses a fazer na sua situação presente quanto ao setor energético?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Não tenho nenhuma declaração de interesses e queria referir-vos que, para além do mais, depois de ter exercido funções como Secretário de Estado da Energia e da Inovação nunca mais tive nenhuma outra função e, tirando o facto de ser Deputado europeu e tratar dos assuntos na área da energia, não acompanhei, de forma direta, o desenvolvimento da energia em Portugal.

Este é o interesse que quero declarar, porque não tenho informação detalhada sobre dados, números e factos depois de 2011 nem antes de 2009.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A 22 de dezembro de 2010, aqui, na comissão parlamentar de economia, o Prof. Carlos Zorrinho, enquanto Secretário de Estado, declarou que o Governo iria renegociar os contratos com a EDP, a Turbogás e a Tejo Energia, portanto, com os CMEC e os CAE. Isso deu notícia e parangona e queria perguntar-lhe como correu essa negociação e por que é que ela falhou.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — É uma excelente pergunta.

As parangonas são, muitas vezes, o que são e recordo-me de que o que eu disse foi que ponderávamos reavaliar e renegociar. Acontece que, como o Sr. Deputado certamente reconhece, o contexto económico em 2010/2011 era, claramente, o menos favorável para se poder fazer qualquer tipo de intervenção nesse sentido, isto tendo em conta que as taxas de juro a que Portugal, por exemplo, se estava a financiar e as taxas de juro a que a maior parte das empresas se estavam a financiar se aproximavam muito das taxas que eram praticadas nesses contratos.

Além do mais, também foi possível verificar que, como o Sr. Deputado sabe muito bem, esses contratos foram depois dados como colaterais no conjunto de outros financiamentos.

Tive a oportunidade de ser Secretário de Estado da Energia e da Inovação num período de fortíssima turbulência financeira e, portanto, num período não adequado a qualquer intervenção que pusesse em causa a capacidade que tínhamos de nos financiarmos, quer em termos de economia privada, quer em termos de economia pública.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Pedia-lhe mais detalhes sobre a negociação: com quem é que se reuniu, qual foi a proposta que o Governo fez e...

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Acabei de lhe referir que uma avaliação das circunstâncias levou a que não houvesse um processo formal de negociação.

Também lhe quero referir que, passado este tempo todo e olhando para esse período, julgo que essa foi a decisão adequada.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O relatório de segurança de abastecimento, publicado em abril de 2010, para o período de 2011 a 2020, registava que em Portugal havia, e passo a citar, «suficiência da reserva de capacidade para a cobertura nos períodos de ponta anual, em janeiro, de ponta de verão, em julho, e da ponta de dezembro; situações particularmente críticas e muito excecionais caracterizadas pela ocorrência simultânea de um agravamento de ponta dos consumos, de uma indisponibilidade de potência hídrica por efeito de regime seco, de indisponibilidade de potência eólica correspondente à disponibilidade do recurso com nível de confiança de 95%, de uma contribuição reduzida da restante PRE (produção em regime

especial) e da falha fortuita do maior grupo térmico e do maior grupo hídrico».

Ou seja, se tudo e mais alguma coisa corresse mal, ainda assim, tínhamos abastecimento suficiente. Isto, não incluindo a interruptibilidade que então já existia, em padrões bastante reduzidos face ao que existe agora.

Perante este relatório, que nos dizia que tínhamos uma cobertura suficiente, mesmo num cenário de apocalipse energético, a decisão que o Governo tomou foi a de criar um mecanismo de garantia de potência, que, ao longo dos últimos seis anos, custou 100 milhões de euros na componente de disponibilidade e 36 milhões de euros na componente de investimento; foi a de reforçar o mecanismo de interruptibilidade, que, nos últimos seis anos, depois dessas alterações, custou 640 milhões de euros — repito, 640 milhões de euros!

Portanto, tudo isto em mecanismos de cobertura... cobertura do que já estava coberto! Por que é que o Governo fez esta opção?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Porque, primeiro, o Governo fez a opção de criar o Mercado Ibérico da Eletricidade e essa criação teve ganhos para a descentralidade do sistema, para a regulação dos custos, muito superiores aos que aqui referiu.

Há pouco referi exatamente isso, porque sei que 3 € é muito dinheiro para alguém que precisa de comer e não tem nenhum dinheiro, e sei também que estes números impressionam sempre — 640 milhões, 100 milhões... — , mas também quero referir que quando falamos do mercado de eletricidade falamos de um mercado de 5000 milhões de euros anuais e, portanto, qualquer variação no seu funcionamento e na sua fluidez compensa este tipo de variações.

De qualquer maneira, como lhe disse, o objetivo essencial foi o de criar um mercado mais fluido que permitisse alinhar as tarifas, o que foi

conseguido — reduzir as tarifas, naquela altura, foi conseguido! — com a criação do MIBEL.

Em relação à interruptibilidade, grande parte do dinheiro que está aqui a referir é dinheiro que ajuda as empresas portuguesas a serem mais competitivas, tal como... não me perguntaram ainda, mas nós adotámos a diretiva da cogeração. É evidente que a cogeração tem, sobretudo, um objetivo de aproveitamento energético, mas também tem uma componente de apoio à competitividade.

Dir-me-á que essa componente de apoio à competitividade é uma distorção do mercado. Eventualmente que poderá ser, em certa medida. Mas essa é a tal decisão política do Secretário de Estado ou do Ministro, porque também poderemos dizer que a opção por termos apoio à produção nas energias renováveis aumenta o custo da energia e também distorce um pouco o mercado, do ponto de vista da competitividade geral das nossas empresas em relação às outras empresas europeias e mundiais.

Portanto, estes mecanismos tiveram um custo, mas tinham uma visão política clara e um objetivo político claro que foi conseguido, porque não são necessários neste momento. Num contexto em que o custo base de produção de energia é mais caro em Portugal do que noutros países, uns e outros ajudam, sobretudo, à competitividade das nossas empresas.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Estamos a falar, então, de política industrial feita na fatura energética?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Estamos a falar de gestão global da energia, do ponto de vista político. Ao mesmo tempo em que falamos de política industrial feita na fatura energética também falamos de política social feita na fatura energética, porque quando criámos a interruptibilidade criámos a tarifa social paga pelos produtores.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Contas feitas, tanto no custo para os produtores da tarifa social como nos 70 milhões na fatura das empresas da correção da distorção nas redes, ficamos muito abaixo daquilo que, depois, viemos a pagar por um serviço que nunca teve necessidade de ser usado.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Foi um serviço que criou muitos benefícios indiretos, como lhe disse há pouco, designadamente: na sustentabilidade do sistema, no uso do sistema no vazio — também ajudando a que houvesse essa disponibilidade que referiu —, no robustecimento dos sistemas de abastecimento das empresas e, também, na maior competitividade da fatura para as empresas.

Portanto, foi uma opção política que teve, claramente, uma mais-valia.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Vítor Santos disse aqui, na Comissão, que a posição da ERSE era a de estabelecer com Espanha um mecanismo harmonizado e competitivo para a garantia de potência, tal como já constava da proposta formal do Conselho de Reguladores do Mercado Ibérico aos respetivos Governos, em 2007.

Essa proposta apontava para um mecanismo de procedimento concursal competitivo para atribuição. Por que é que essa não foi a opção tomada?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Foi uma opção de arranque e foi também harmonizada. Não foi concursal, mas evoluiu rapidamente para concursal.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas por que razão, naquela altura, não foi essa a opção?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Porque, naquela altura e naquele contexto, face às ameaças de crise e face às pressões que todos nós tínhamos, foi considerado fundamental concluir o Mercado Ibérico da Eletricidade. Ainda bem que ele foi concluído e só lamento não ter tido mais dois ou três meses para concluir o mercado ibérico do gás, que hoje, certamente, seria um forte benefício para todos nós.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Em julho de 2010, na finalização da portaria, houve uma troca de correspondência entre José Afonso, da Direção de Mercados da ERSE, e Bruno Caetano, o seu assessor.

Em nome da ERSE era dito o seguinte: «Permitimo-nos reiterar o conteúdo do parecer da ERSE, oportunamente enviado a esse Ministério, e sublinhar a nossa preocupação com os impactos tarifários agora acentuados, com a nova versão da portaria, nas alterações introduzidas nos artigos 10.º e 11.º».

Não o recebemos na Comissão de Inquérito — vamos tomar a iniciativa de o pedir —, mas gostava que nos dissesse o que é que este parecer, feito explicitamente sobre esta portaria, dizia em concreto.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Neste momento, não tenho esse parecer, não tenho conhecimento desse parecer e não me recordo sequer dessa correspondência.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Em relação ao incentivo ao investimento, a Autoridade da Concorrência contestou-o, dizendo que abrange não só futuras centrais como também aquelas que entraram em atividade há pelo menos 10 anos, todas da EDP.

De referir que essas centrais não precisaram de incentivos para que os respetivos investimentos fossem desencadeados. Ou seja, estávamos a incentivar um investimento que já tinha sido feito, logo, era um incentivo dado perante um facto consumado.

Qual é o sentido da atribuição de um incentivo como este, a centrais já construídas, que veio a custar, entre 2011 e 2017, 36 milhões de euros aos consumidores?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Em primeiro lugar, como lhe referi há pouco e como foi também referido pelo Sr. Deputado Jorge Costa, essa portaria apenas consumou um decreto-lei de 2007 e, portanto, a decisão e a expectativa foram criadas em 2007.

Em segundo lugar, nunca podemos fazer aquilo... É evidente que, estando eu aqui a justificar a ação relativa a dois anos de mandato político, é a esses dois anos que tenho de me referir, mas — mesmo tendo sempre assumido que, quando exerço um mandato de nomeação política, exerço-o, enfim, por um dia, sempre com disponibilidade para sair no dia seguinte — as decisões políticas têm de ser tomadas numa perspetiva mais alargada.

Portanto, o incentivo ao investimento é feito nesta lógica de garantir a atratividade no investimento, no modelo — ainda não conversámos sobre isso aqui, mas, se calhar, valeria a pena conversar — energético para Portugal.

Há vários modelos energéticos... Não demos garantia de potência à central de carvão, por exemplo! Também não demos garantia de potência a uma potencial central nuclear... Se calhar, algumas pessoas poderão imaginar que o vou fazer.

A garantia de potência foi dada, como disse, por harmonização com o MIBEL e por portaria, para poder ser alterada em cada momento, em função do índice de cobertura — como foi! —, mas foi dada ao ciclo combinado e

à energia renovável. Portanto, para termos um modelo de armazenamento e de resposta rápida com o ciclo combinado e um modelo de armazenamento e de resposta mais lenta com o domínio hídrico, suportando o crescimento progressivo de outro tipo de renovável, como o fotovoltaico e o eólico.

A decisão não é tomada para o dia seguinte. A decisão é tomada para criar também uma garantia de solidez que, aliás, julgo que foi muito importante para Portugal em todos estes anos. Houve experiências de outros países em que isso não foi feito e os resultados não foram tão bons.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas o Plano Nacional de Barragens foi feito mediante um procedimento de concurso internacional em cujas condições não figurava qualquer subsídio deste género a dar às novas barragens ou à garantia de potência.

Isto não introduziu uma perversão do equilíbrio contratual daquele concurso?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Como disse, o concurso internacional para o Plano Nacional de Barragens foi feito no contexto de um outro ministério, antes de eu ter sido membro do Governo.

A verdade é que o decreto-lei que cria a garantia de potência estava publicado desde 2007 e, portanto, obviamente que o concurso foi feito nessa perspectiva.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Certo, mas os concursos tinham sido feitos e havia um equilíbrio contratual. Os vencedores estavam determinados e o investimento estava feito. Ao alterar as condições de rentabilidade previstas no momento do concurso, com as quais os concorrentes tiveram de lidar, não se está a defraudar as expectativas iniciais do concurso?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — E, no caso contrário, quando há um concurso internacional em que os concorrentes têm um decreto do Governo dizendo que se vai regulamentar a garantia de potência; se isso não for feito não se está também a defraudar a perspectiva?!

A questão é clara! O que há aqui no meio, Sr. Deputado, e é isso que gostaria que pudessem entender, é o seguinte: naquela altura, Portugal tinha, e tem, uma estratégia energética que, para ser mais forte e mais consolidada, tinha também ela o objetivo de se integrar, quer no caso do gás quer no caso da eletricidade — no meu mandato, só foi possível no caso da eletricidade —, na criação de um mercado ibérico e não num mercado mais alargado, porque, infelizmente, temos as dificuldades de interconexão com Espanha.

Portanto, parte destas medidas são também tomadas para harmonizar com Espanha e é isso que temos de ter em conta. Essa foi a linha condutora e, na análise que certamente farão, poderão verificar se o MIBEL foi ou não, objetivamente, algo muito favorável para a sustentabilidade do mercado energético em Portugal.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Que iniciativas tomou junto do Governo espanhol para que a harmonização, no campo da garantia de potência e da interruptibilidade, fosse feita em torno de mecanismos concursais e não através de mecanismos administrativos, como aqueles que acabaram por ficar?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Fizemos variadíssimas reuniões e a proposta foi sempre a de fazer em Portugal exatamente o mesmo do que em Espanha, evoluindo depois, em simultâneo, isto é, quando Espanha evoluísse para os mecanismos concursais, nós evoluiríamos também.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O Governo espanhol recusou os mecanismos concursais propostos pelo Governo português, foi isso?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — O Governo português, não. O Governo português e o Governo espanhol entenderam que devíamos começar por uma referência — aquela que lhe referi — e, depois, evoluir progressivamente para outro tipo de mecanismos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, ambos os governos estiveram de acordo em não partirem para mecanismos concursais e em manterem os mecanismos administrativos?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Tendo sempre presente que o nosso objetivo era, a prazo, diminuir os custos dos mecanismos de capacidade e torná-los o mais competitivos possível.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Voltando ao tema da interruptibilidade, já tendo as interligações reforçadas com Espanha e já tendo a garantia de potência, por que é que foi tão agravado o peso deste mecanismo no sistema?

No primeiro ano, após as decisões que tomou, o custo da interruptibilidade duplicou até aos 60 milhões de euros e, depois, veio a estabilizar, ao longo dos anos mais recentes, em torno dos 100 milhões de euros em cada ano.

Por que é que não foi estabelecido um limiar de necessidade de potência interrompível, por exemplo, mas, antes pelo contrário, foi estabelecido um mecanismo em que, no fundo, quem pede, tem?

Por que é que não se aplicou um sistema — este caso já está um bocado respondido, isto é, a questão dos leilões descendentes foi uma opção própria e consciente do Governo por um mecanismo diferente —, por que é que não

se estabeleceu um teto, dizendo «precisamos muito desta potência disponível – embora ela nunca tenha sido usada –, mas só vamos precisar de 1000, 2000, 3000, 4000 MW?»»

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — A questão que não me perguntou, mas que gostaria de referir, é que, no meu mandato, senti — não sei o que sentiram as pessoas que se seguiram — que, em Portugal, precisávamos de ter uma maior robustez do ponto de vista da fiscalização na aplicação das medidas.

Não quero agora comentar o que, seguidamente, foi feito em relação a esse mecanismo, mas reconheço que a robustez, a verificação da aplicação das medidas, nesse caso, como em muitos outros casos, é algo que estava na agenda. Como sabe, fui Secretário de Estado por um tempo diminuto e nem tudo se pôde fazer.

Vou voltar a dizer o que lhe disse há pouco: temos a consciência de que, em grande parte, a interruptibilidade foi uma medida de política industrial e, já agora, comercial.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Era isso que ia perguntar-lhe: por que é que as grandes superfícies comerciais entraram nessa política industrial?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Pela razão que lhe disse e também porque isso incentivou essas grandes superfícies e outras entidades a criarem sistemas próprios – e a seguir vamos falar no futuro; não quero estar agora, aqui, a falar de autoconsumo, de produção descentralizada, de mecanismos descentralizados – o que permitiu darmos sustentabilidade ao sistema.

Diariamente, essas empresas, as empresas industriais, de moldes, de confeção, de automóveis, diziam-nos: «atenção, o sistema de abastecimento em Portugal tem microcortes, tem variações, tem variações de potência; não

estamos preparados para trabalhar assim». Portanto, aproveitámos um mecanismo de interruptibilidade, um momento, uma dificuldade, que foi o tal reconhecimento dos 70 milhões, para tentar resolver esse problema, e conseguimos-lo, em larga medida.

Pergunta-me: «todos fizeram esse investimento?». Não sei, saí antes de o poder verificar e sinto que, em Portugal, os mecanismos de verificação são pouco robustos.

Obviamente, não estou a criticar a ERSE que faz o melhor que pode, tive a melhor colaboração com ela, é uma instituição de altíssima capacidade técnica, mas acho que precisávamos de mais músculo nesse domínio.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas a obrigação de ter esses equipamentos para garantir a estabilidade da tensão nestas unidades estava prevista na própria portaria?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Não posso dizer-lhe isso, agora, em particular, mas foi associada.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quanto às rendas dos terrenos da REN, em 2004, na altura da preparação do Decreto-Lei n.º 153/2004, o INAG (Instituto Nacional da Água), uma vez consultado, pronunciou-se contra a existência de remuneração à REN por estes terrenos.

Depois, a própria ERSE veio a recomendar uma remuneração de zero por cento.

Foi durante a vigência do seu mandato que foram tomadas as decisões que vieram a fazer passar a renda destes terrenos de 13 para 24 milhões de euros, uma variação de 80%.

No momento em que, depois, o regime volta a ser alterado, em 2013, a ERSE relembra-nos o que tinha dito antes, isto é: «A pretensão da REN

não encontra suporte no quadro de atividades que constituem a génese da atribuição da concessão, da qual aquela parcela constitui componente residual. A aceitação de uma taxa de remuneração sobre os terrenos corresponderia a aceitar uma taxa de remuneração sobre a atividade de aquisição de energia elétrica.

Neste sentido, entre 1999 e 2002, a ERSE não aceitou a remuneração dos terrenos do domínio público hídrico.

A ERSE continua a achar prudente uma clarificação jurídica relativamente à possibilidade de se aplicar ao domínio público hídrico qualquer renda que se destine a uma determinada empresa que, por autorização expressa através do contrato, outorgou o seu uso».

Estamos a falar dos terrenos do domínio público hídrico. Eles não foram vendidos à REN, a REN não comprou o domínio público, o domínio público é do Estado e continua a ser do Estado. Há, de facto, a compra de terrenos, mas são outros terrenos.

No caso dos terrenos do domínio público, assistimos a esta situação, que aqui a ERSE bem retrata, de os consumidores estarem a pagar a uma empresa a renda do terreno que é deles, do Estado.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — O que foi estabelecido, em 2004, não é propriamente isso, é um mecanismo de amortização, isto é, quando os terrenos estiverem todos amortizados, voltarão a ser da posse do Estado, não o são enquanto não forem todos amortizados.

A empresa REN pagou, de facto, 70% pelo valor dos terrenos à EDP e, por isso, é que esses terrenos estavam no seu balanço como um ativo não remunerado.

A solução foi uma solução de equilíbrio, como disse, verificada com a ERSE, sempre com esse pressuposto de que estávamos a corrigir uma

imparidade que tinha tido uma origem anterior. Provavelmente, nunca as operações anteriores poderiam ter sido feitas, mas foram-no.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Só para terminar, pergunto-lhe se, em sua opinião, o erro foi ter feito a REN comprar estes terrenos à EDP, na lógica da valorização desta, em vésperas da sua privatização?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — A compra, isto é, fazer a REN comprar estes terrenos à EDP foi um erro.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com o CDS-PP.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Helder Amaral.

O Sr. **Helder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero cumprimentar os colegas, bem como o Dr. Carlos Zorrinho — é um prazer revê-lo —, e desejar um bom reinício dos trabalhos.

Quero começar por uma frase que disse sobre as decisões terem de ser vistas numa perspetiva muito mais alargada no tempo, a qual me permite fazer-lhe perguntas, não apenas sobre o tempo em que foi decisor e era um confesso adepto do MIBEL, do *mix* energético e das energias renováveis.

Por honestidade intelectual, também não quero estar agora a tentar acertar no *Euromilhões* à segunda-feira, porque é sempre mais fácil dizer «fez mal, na altura».

No fundo, quero fazer-lhe perguntas que possam ajudar ao objeto desta comissão de inquérito, que é perceber se há, onde há e onde podemos procurar alguma renda excessiva não justificada, não perspetivada, que tenha ficado, por incúria de uma das partes, quer seja da parte público-privada...

Quero começar pelo início. Lembro-me bem das discussões sobre o MIBEL. Pergunto-lhe se considera que a transição dos CAE para os CMEC,

que era parte essencial para nos atualizarmos, cumpriu o objetivo de neutralidade. Pergunto-lhe também como é que olhou, enquanto foi governante e mesmo antes, enquanto especialista, para a legalidade dos CMEC?

Por que é que digo isto? Porque há quem considere que eles ferem o Tratado do Funcionamento da União Europeia em matérias como a concorrência, e há quem considere que eles consistem numa ajuda de Estado. Por quê? Pelas razões que aqui foram faladas. No fundo, criaram novos benefícios ou novos subsídios para investimentos já feitos, sem que houvesse necessidade para isso.

A explicação que aqui nos tem sido dada é que isso não é assim, que os CMEC são quase *copy and paste* dos direitos que havia nos CAE e que, por ventura, foram apenas demasiado longos no tempo, isto é, podíamos ter tido um cuidado maior na sua reavaliação temporária.

Quero que me diga qual a sua perspetiva acerca disso, por favor.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Obrigado pela sua questão, Sr. Deputado.

Há pouco, quando o Sr. Deputado Jorge Costa me pediu para fazer a minha declaração de interesses, ela foi um pouco anormal, mas gostaria de a reiterar.

É óbvio que me senti capacitado para exercer as funções de Secretário de Estado da Energia e da Inovação, que foram as funções que exerci, e, portanto, não me eximo de nenhuma das decisões que tomei, nem da respetiva responsabilidade técnico-política.

Também quero declarar que não era um agente ativo do setor da energia antes de ter exercido essas funções, nem o fui depois.

Quero dizer, com toda a frontalidade, ao Sr. Deputado Hélder Amaral que, provavelmente, li no jornal que os CAE tinham sido transformados em

CMEC, no ano x , sem nunca me passar pela ideia de que um dia isso teria uma consequência na minha gestão direta. Portanto, não tenho um conhecimento específico para poder responder à sua questão. Em concreto, isto foi anterior.

O que posso dizer-lhe é que, durante o tempo em que exerci funções, não tive nenhuma notificação da Comissão Europeia sobre qualquer problema colocado por esses contratos de manutenção do equilíbrio contratual. Nenhuma entidade — nem o consumidor, nem o regulador, nem produtor — me chamou a atenção para qualquer coisa como a que, agora, posteriormente, li em jornais sobre poder ter havido duplos registos.

A única questão que era colocada tinha a ver com a própria fórmula do equilíbrio que poderia ser excessivamente benéfica mas que, naquele tempo em concreto, infelizmente, foi quando foi menos benéfica porque o contexto dos mercados financeiros se modificou.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Quer então dizer que não teve, pelo menos, porque estamos quase a considerar se há rendas excessivas ou não, veremos como é que chegamos ao fim...

Estamos a partir do pressuposto das avaliações dos reguladores, quer da Autoridade da Concorrência, que chamou várias vezes a atenção sobre o Valorágua, quer dos alertas feitos e assumidos pelos reguladores — o Dr. Abel Mateus disse aqui «cansei-me de avisar o Governo e os governantes sobre os riscos em metade das matérias» —, quer dos relatórios da ERSE. Aliás, o regulador à data em que V. Ex.^a exerceu funções, o Dr. Vítor Santos, também disse que fez alertas sobre as rendas excessivas.

A ERSE quantifica. Se hoje podemos utilizar os valores, não é por algum Sr. Deputado ter descoberto as rendas excessivas, é porque o regulador as quantifica: 125 milhões de euros de taxa de juro e, por exemplo, 285 milhões de euros em testes de disponibilidade a centrais. Esta é uma

matéria que existia nos CAE, deixou de existir nos CMEC, e só passou a ser obrigatória em 2013. É estranho como é que se chega a este valor, quando o próprio regulador — embora a REN o pudesse fazer — não fazia estes testes de disponibilidade.

Pergunto-lhe se conhecia estes relatórios, estes alertas e se, enquanto decisor, e na tal perspetiva global da governação, não fez nenhuma avaliação, não se confrontou com a necessidade de pôr ordem em algo que parecia estar a cavalgar a prejuízo dos contribuintes.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Como disse há pouco, obviamente que me confrontei com a necessidade e o interesse de reavaliar e também com um contexto que não recomendava a avaliação.

Não sou bruxo e, portanto, não lhe sei dizer o que teria feito se, eventualmente, o Governo não tivesse caído, se tivesse sido Secretário de Estado mais uns dois ou três anos. Não faço ideia, ou melhor, tenho uma ideia sobre isso, mas o que tinha intenção de fazer não é relevante para este efeito.

Quero lembrar o seguinte: entrei em funções em novembro de 2009 e as eleições foram em março de 2011, embora me tivesse mantido em funções até junho de 2011, quando o Governo que integrava estava em gestão e nada podia ser feito.

Isto significa que, de facto, estabeleci, homologuei uma remuneração de um CMEC, ou seja, de um contrato, de uma remuneração anual de 2010.

Portanto, os parâmetros estavam definidos: a EDP fazia a correção com base no Valorágua, claro — se tivéssemos entrado no tal processo de avaliação, tínhamos de avaliar com base no Valorágua; a REN, que era maioritariamente pública, validava; a Direção-Geral de Energia e Geologia propunha o valor compensatório, o valor de equilíbrio; a ERSE dava parecer e o Secretário de Estado homologava.

Portanto, eu homologuei um parecer da ERSE sob proposta da DGEG, com um cálculo validado pela REN, com um cálculo feito pela EDP, com base em parâmetros definidos e no Valorágua. Foi isso que sucedeu.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por isso também me lembro que, de facto, à data, tínhamos, pelo menos, alertas sobre o elevado custo dos CIEG (custos de interesse económico geral) e esse era um problema que tínhamos para resolver e presumo que tenha sido esse problema que o levou, na tal notícia, a dizer que iriam rever os CMEC e os CAE ou «vamos olhar de novo», é a expressão utilizada, e disse agora que, de facto, sentiu essa necessidade mas decidiram não o fazer.

A minha pergunta é saber se essa foi uma decisão do Governo em não abrir um processo de reavaliação ou foi uma recusa dos operadores em não fazer. Porque é que tem a frase «pública» e depois «olhando para as circunstâncias, decidimos não fazer». De quem foi a decisão?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Nós temos um contrato, o contrato tem uma validade. Obviamente que o Governo pode abrir um processo de reavaliação do contrato, como os operadores podem abrir um processo, mas os operadores não abriram, o Governo não abriu, no meu tempo. Por que é que não abriu? Pela razão que lhe estou a dizer, ou seja, porque naquele momento de 2010, se o Deputado avaliar os mercados financeiros, os valores com que Portugal se financiava, o valor com que as empresas se refinanciavam, foi o ano em que a base da renda, digamos assim, ou a renda resultante se aproximava mais, em termos percentuais, daquilo eu era também a inflação, os custos de capitais e tudo o que estava em jogo nesse plano. Portanto, não quisemos introduzir aí um fator de perturbação, e depois o Governo caiu.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sendo que o anúncio é de dezembro de 2010 e, nessa data, essas circunstâncias não eram assim tão evidentes...

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — No exemplo de 2010, o que eu disse foi que estava disponível para visitar e reolhar para esses contratos. Em dezembro de 2010, como o Sr. Deputado sabe ainda... Não tenho a certeza, mas penso que não estavam marcadas as eleições, mas mesmo que estivessem, vai dar-me o benefício da dúvida de eu ter a expectativa de as poder ganhar e continuar o meu trabalho.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Com certeza. Os CIEG eram uma questão que tinha em mãos, sobre os quais discutimos aqui variadíssimas vezes, em sede da Comissão de Economia, em que chegámos a valores — pelo menos a DECO tinha feito esse alerta —, de 45 a 46% da fatura, e que o próprio Ministro Manuel Pinho, numa vinda aqui, acabou por dizer que a fatura era uma «vaca leiteira», que especificou e decompôs em 25% de impostos, 28% de energia, 16% de acesso à rede, 31% de custos políticos, com valores sobre a garantia de potência.

Gostava que me pudesse explicar melhor — disse há bocado que elas não estavam nas centrais nucleares, que nós não temos, nem estavam em algumas centrais — qual foi o racional para que esta garantia de potência também fosse... Todo o modelo é pensado para que seja o contribuinte a pagar e aí uma decisão política de se poder pôr no Orçamento do Estado, mas pergunto qual foi o racional de uma garantia de potência quando tínhamos um sistema perfeitamente sustentável e sem nenhum desequilíbrio. Qual foi o racional?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sr. Deputado, eu não queria ser deselegante consigo, mas julgo que já respondi a essa pergunta, quer ao Deputado Hugo Costa, quer ao Deputado Jorge Costa e, se me permite, queria aproveitar para sublinhar as muitas medidas que foram tomadas para que, usando a sua expressão, a «vaca leiteira»...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não é minha. Eu não uso expressões dessas!

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Então, a expressão por si citada, a «vaca leiteira» tivesse menos leite. Por exemplo, ainda não tive a oportunidade de aqui o referir, ainda está no tribunal, a ERSE não se quis pronunciar, mas nós deliberámos que na remuneração das redes de distribuição de gás, a taxa era a real e não a taxa nominal. E isso está ainda em tribunal, penso eu, mas implicou, obviamente, um grande desgosto por parte dos detentores desses ativos e uma poupança muito elevada para o sistema.

Nós deliberámos não autorizar a REN a fazer o *pipeline* Zamora. Nós deliberámos instar a REN a fazer armazenamento de gás para o mercado e não como antes, em que todo o armazenamento de gás era colocado como garantia na tarifa. Nós não autorizámos, a não ser o concurso final dos 100 MW, que nenhuma nova grande central fotovoltaica viesse a onerar mais a fatura. Nós regulámos e diminuámos bastante — não tanto quanto era nossa intenção, mas respeitámos em absoluto o poder democrático do Parlamento, que fez alterações à nossa proposta com toda a legitimidade — os custos não justificados na cogeração. Portanto, sabíamos que havia empresas que não eram industriais, eram empresas de cogeração que produziam alguma coisa.

Nós fizemos um conjunto de outras medidas, todas elas visando, por um lado, que Portugal mantivesse a liderança e não perdesse aquilo que tinha

sido ganho com muito esforço a partir de 1999, com o Secretário de Estado Oliveira e Silva e por aí adiante, na aposta nas energias renováveis. Há pouco referi que só na redução do défice das contas externas, são 2,7 mil milhões, mais de 10% do PIB. O que seria Portugal hoje se não tivéssemos feito essa aposta no nosso equilíbrio das contas públicas? Pensem um pouco nisso!

Portanto, sem nunca inverter, parar um comboio que estava a marchar no sítio certo, não o acelerar à custa de dinheiro de forma excessiva, fazendo pagar o contribuinte. É por isso, Sr. Deputado, que tenho bastante orgulho de, durante o meu mandato, o défice tarifário não ter aumentado. Também sei como é que ele foi criado, por unanimidade, sei que foi votado na Assembleia da República, sei que teve que ver, no início, com um aumento brutal da energia em 2008, como todos sabemos. Mas também sei que na estratégia definimos que não o aumentaríamos e não o aumentámos.

O que lhe quero dizer é que sempre defendi o modelo que há pouco referi e continuo a defender. Acho que Portugal deve ter um sistema conjugado de, por enquanto, ciclo combinado, barragens com bombagem reversível e energias renováveis. Apostámos nesse sistema, associado também à mobilidade elétrica, exportámos esse sistema, vendemos muito lá para fora, criámos enormes competências – nunca quis estrangular esse sistema –, mas também procurámos sempre que esse sistema não tivesse recursos excessivos.

O Sr. Deputado, por exemplo, sabe que estavam previstas quatro centrais de ciclo combinado?! Mas não foram construídas. O Sr. Deputado sabe que outras, como lhe disse, muitas centrais de biomassa, por exemplo. Lamento, teria sido importante tê-las construído algumas vezes, mas exatamente porque não foi possível encontrar um preço de equilíbrio para os resíduos e para a biomassa, não se fizeram tantas centrais de biomassa quanto as que podiam ser feitas. Seria simples, muito fácil de fazer 20 centrais de biomassa. Em vez de 122, que na altura era a remuneração por KW, era só

passar para 140 ou 150, mas teríamos imediatamente começado a queimar pinho, a prejudicar a indústria do mobiliário, a criar um conjunto de desequilíbrios e a aumentar a fatura.

Sr. Deputado, ninguém tem a capacidade de acertar sempre, não sei se acertei sempre, mas quero dizer-lhe que todas as decisões que tomei em articulação com a minha equipa – e equipa significa Direção-Geral de Energia, a ERSE, embora seja independente, mas com quem trabalhava de forma muito direta, a REN, que era uma empresa pública –, todas as pessoas que trabalhavam comigo e, obviamente, o meu Ministro, que trabalhou sempre comigo de forma muito próxima e nada foi feito sem o seu conhecimento e sem uma total convergência, tomámos sempre as decisões com base neste racional: apostar nesta especialização de Portugal, que não tem energias fósseis, como um país liderante nas energias renováveis, mas minimizar, dentro do possível, os custos para os consumidores, sejam os consumidores familiares sejam os consumidores industriais.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Professor, como deve calcular, não me sinto melindrado, aliás, a pergunta foi repetida e a resposta foi bem mais longa, quer dizer que havia alguma pertinência. Nós aqui repetimos muitas vezes perguntas, mas o objetivo é, dentro daquilo que temos em mente, escolher...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Escolhermos a melhor resposta!

Risos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu não procuro isso, eu não tenho um objetivo final, eu quero ver se conseguimos fazer esse bom serviço ao contribuinte português e ao Estado, porque acho que as decisões de política

geral energética são bastante mais consensuais do que o que se imagina. Depois há divergências da barragem e falou numa. Quanto à cogeração, houve, de facto, um desvirtuar da ideia inicial e lembro-me de termos essa discussão os dois sobre a necessidade de olhar para a cogeração para beneficiar dela quem, de facto, fazia cogeração e não alguma indústria que passou a ser produtor de energia.

Mas de biomassa, peço imensa desculpa —, e não é uma opinião minha, foi dito aqui — houve quem considerasse um erro porque hoje as licenças com *feed-in tariffs* para a biomassa continuam em vigor, a ser transacionadas com valores de megawatts-hora muito superiores e, portanto, na biomassa a coisa também não correu tão bem, e eu não vou fazer o julgamento porque acho mais fácil acertar agora, à data parecia uma boa ideia. A verdade é que ainda hoje nas licenças estão a acontecer os riscos que ainda agora alertava que podiam ter acontecido. Pois, estão a acontecer neste preciso momento.

Queria perguntar-lhe o que pensa da opinião de algumas pessoas, que é para nós percebermos, que dizem que, de facto, houve excesso de voluntarismo e de boa vontade nas *feed-in tariffs* e na PRE. Ainda agora falou que se apostou no Mobi.e (empresa de rede de mobilidade elétrica) à data, mas também se apostou nas eólicas e no Estado com *feed-in tariffs*. Por exemplo, o Eng.º Mira Amaral diz muito isso e há quem diga que o descalabro aconteceu a partir dos 1800 MW de licença. Porquê? Porque pressupunha *backup* e pressupunha remunerações acrescidas nos CAE e nos CMEC à EDP, portanto, que não houve cuidado nesse licenciamento e não houve cuidado... Embora o racional fosse dotar o País da tal capacidade de cumprir até acordos internacionais na altura, lembro-me.

Portanto, eu queria que me desse a sua opinião, se considera também que isso foi um erro ou se considera que também essa aposta nas renováveis foi razoável e, mais uma vez, as circunstâncias é que mudaram.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Eu considero que a aposta nas renováveis foi uma excelente aposta. Nos dois anos em que fui Secretário de Estado a preocupação essencial foi de consolidação e não de aceleração. Se verificar, eu não tenho aqui o número certo, mas nós teremos os 100 MW de fotovoltaico, os 20 MW das mini-hídricas, que depois não se concretizaram, na microgeração, embora seja importante, somado é muito pouco importante. E, portanto, de facto, nos meus dois anos de responsabilidade a nossa preocupação essencial foi a preocupação de consolidação.

Há pouco — e o Sr. Deputado permitiu-me fazer isso na sua pergunta — enumerei um conjunto de medidas que contribuíram para que não aumentasse a fatura, mas esqueci-me de referir algumas também: uma gestão muito cuidadosa, por exemplo, da produção de energia com base nos resíduos. Houve um trabalho muito apurado com as empresas municipais e outras de maneira a termos um processo ao mesmo tempo ambientalmente sustentável, mas conjugado para não termos preços excessivos a esse nível.

Uma outra área muito importante, o OP, que considero, se tivesse de fazer um Top 10, e se calhar isso é inusitado, dos momentos mais difíceis, a decisão mais difícil que tive de tomar foi, exatamente, no momento em que o preço dos combustíveis estava num pico muito elevado, havia, em Portugal, um investimento, com muito emprego e muito recente, em fábricas de biocombustíveis e o encontrar um equilíbrio para permitir continuar a incluir esse biocombustível, portanto, produzi-lo aqui e, ao mesmo tempo, não aumentar o preço do combustível, foi muito difícil. Mas foi conseguido, com a colaboração também dos operadores, e, no meu mandato também, fui muito rigoroso em não permitir novos projetos na área dos biocombustíveis que não fossem de segunda geração clara.

Também tive muitas propostas e muitas pressões de alguns dos principais detratores da política energética nesses dois anos, e que não vou

aqui citar. Foram detratores dessa política energética porque tinham, com toda a legitimidade, uma agenda diferente. Ou porque tinham a agenda da captura de carbono no nuclear, ou porque tinham a agenda da cogeração em larga escala, ou porque tinham a agenda dos biocombustíveis em larga escala. Tinham outras agendas, o que é absolutamente legítimo. Mas não era a agenda do Governo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas mesmo essa aposta, que eu percebo, e mesmo essa vontade, como disse, de, se tivesse ganhado as eleições, continuar num reforço de renováveis — presumo que fossem, na altura, hídricas e eólicas —, considera ou não que, de facto, esse risco existe?

Ou seja, quanto mais eólicas, mais regime ordinário precisávamos para servir de *backup*. Isto é, as centrais funcionam, praticamente, de apoios às eólicas, aliás, a prioridade de entrada no despacho é a eólica e, portanto, quando não há vento... E já ouvimos aqui, dos especialistas, que é preciso estar a funcionar e o País ganha com isso, e alguém tem de pagar.

Pergunto se foi sempre ponderada essa razoabilidade, pois ouvimos aqui que os processos alteram-se sempre e perde sempre o mesmo.

Termino, Sr. Presidente. Ouvimos aqui — é uma questão que todos pusemos e todos repetimos essa pergunta — por que é que as centrais do Pego e da Turbogás nunca passaram para os CAE.

Havia a expectativa de que, no fundo, no final do contrato com os CMEC, pelo menos os terrenos revertssem para o Estado. Entretanto, há uma decisão de venda dos terrenos. Há sempre uma alteração que parece configurar que há, de um lado, decisões políticas erradas e que prejudicam... E não quero que haja dolo, mas gostava que nos pudesse explicar o racional. De facto, quanto mais eólicas e a aposta nelas, e a necessidade de apostar, mais garantia de potência, mais disponibilidade, mais *backup* é preciso,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine, por favor.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Pergunto se isso configura ou não o conceito de rendas excessivas.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Iniciei a minha intervenção exatamente lembrando uma resolução do Conselho de Ministros: a Estratégia Nacional de Energia 2020.

Essa estratégia era coerente em si própria; ela — e convido-os, se entenderem, a revisitá-la — era coerente em si própria. Obviamente que ela previa o *backup* necessário para aquilo que também previa de crescimento das eólicas, para aquilo que também previa de crescimento da fotovoltaica, para aquilo que também previa de crescimento da biomassa e outras coisas mais.

É evidente que uma estratégia tem sempre fatores variáveis.

Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, e não lhe quero roubar muito tempo, que um dos fatores essenciais para a definição de uma estratégia dessas era ter um preço de referência para o petróleo, ou para o crude. Foi feita toda a projeção do cenário, com três projeções: uma do crude a 150, outra do crude a 130 e outra do crude a 110. Na altura estava a 120, qualquer coisa assim. E eu optei pelos 110, porque entendi, e o Sr. Ministro também, obviamente — quando digo «eu» é porque sou eu que estou aqui, mas nada disto foi feito fora do contexto do Ministério — optámos por 110, com os principais operadores das energias renováveis, de que tanto gosto — e gosto — muito tristes com isso, porque, obviamente, se eu tivesse um preço de referência do crude de 130, podia pagar muito mais incentivos às renováveis e, ainda assim, elas serem sustentáveis, mas previ os 110. Passados uns meses estava a 80, e depois estava a 50, e agora está a 70 e, portanto, esse fator nunca

conseguimos controlar. Mas a estratégia, em si, do ponto de vista global, era coerente e tinha todos os fatores para essa coerência.

Queria usar um minuto, apenas, se o Sr. Presidente mo permitir, para «vestir o meu fato» de Eurodeputado — se depois não o quiserem considerar, não considerem — para dizer o seguinte: o que me disse, há pouco, é muito importante, Portugal vai agora ter de definir o *template* para demonstrar que contributo é que vamos dar para, em 2030, termos os 72,5% de eficiência energética, para os 32% de energia renovável e para os 15% de interconexões. Ora aqui está um outro momento em que tudo isto vai ter outra vez de ser jogado:...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — ... mais eólica, e mais o quê, e onde e o transporte? É que sem introdução da energia nos transportes, o sistema... E tudo isto para...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Haver mais custos!

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Não vou entrar por aí.

Disse, há pouco, que o modelo da energia é um modelo diferente, porque é um modelo de disponibilidade, não é um modelo de consumo. Não é um modelo que se produz para consumir, é um modelo que tem de estar disponível.

Portanto, temos de antecipar o modelo, temos de antecipar sempre. Isso foi feito naqueles dois anos e tem de ser feito sempre.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao PCP, tendo a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

Ouvindo a explicação que nos deu sobre o MIBEL, a importância que o Governo atribuiu ao MIBEL e o estatuto que lhe foi dado, até como patamar de justificação de opções estratégicas e de decisões estratégicas, a primeira pergunta que lhe faço é se aquilo que veio a ser o MIBEL, naquilo hoje se tornou, corresponde, *grosso modo*, à perspetiva traçada pelo Governo de que o senhor fez parte, e por si enquanto governante, na altura.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sr. Deputado, obrigado pela sua pergunta.

Não acompanho os resultados da energia em Portugal, em concreto, de forma direta. Nos primeiros anos acompanhei um pouco mais.

Claramente, o MIBEL baixou tarifas em Portugal, aproximou as tarifas portuguesas das tarifas espanholas, mas houve algo que o MIBEL não conseguiu. Embora considere que valeu a pena, daquilo que foi feito, uma coisa que o MIBEL ainda não conseguiu, e que tinha o objetivo forte de conseguir — espero que consiga agora — era, tendo nós o mercado ibérico, jogarmos com o peso do mercado ibérico na entrada do mercado único da energia. Isso é absolutamente fundamental. Sabemos que tem havido várias cimeiras, sabemos que foram assinados vários acordos, voltou a haver compromissos, inclusivamente, dos operadores de energia de Espanha, Portugal e França, para que haja interconexões.

Quisemos, digamos, aquilo que não foi tão potenciado quanto eu imaginava. Eu imaginava que o MIBEL não apenas iria permitir harmonizar, ganhar mercado, ganhar fluidez — harmonizar competitividade, ganhar força de mercado no plano do mercado ibérico —, mas que Espanha e Portugal, juntos, iam conseguir ultrapassar a barreira.

Sinceramente, julgo que Portugal — e agora vou fazer uma consideração, mais uma vez, se me permitem, não pelo que fiz naquela altura, mas enquanto cidadão e Deputado europeu —, deve condicionar a sua participação no mercado único de energia à efetiva existência de interconexões.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas há uma coisa que não percebi: há razões objetivas que nos devem, na sua opinião, levar à ideia de que aquilo que o MIBEL não fez, o mercado único europeu fará?

É só para perceber o raciocínio.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Desse ponto de vista, o nosso raciocínio é, certamente, muito diferente, o que é absolutamente respeitável, Sr. Deputado. O Sr. Deputado tem uma visão, que respeito em absoluto, soberanista, eu tenho uma visão diferente.

Julgo que, em concreto, por diversas razões, por razões de autonomia e soberania estratégica da União Europeia, por razões de cumprimento das regras do Acordo de Paris, por razões de garantia de abastecimento, por razões de criação de emprego, por variadíssimas razões, o mercado único, desde que regulado, tendo em conta, por exemplo, questões como a pobreza energética, e outras que não vou agora — participei nesses debates todos — introduzir aqui, é, claramente, favorável e poderá fazer coisas que o MIBEL, por si só, não fez.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Deputado Carlos Zorrinho, com toda a consideração institucional, não querendo fazer sínteses redutoras do seu raciocínio, já ouvimos, muitas vezes, a abordagem do «agora é que vai ser». E o «agora é que vai ser, desde que...». Especialmente quando o «desde que» não vem, ainda não é «desta que vai ser».

Não vou aqui maçar-lo com o meu pensamento, mas há um pensamento de alguém que foi ouvido nesta Comissão e que escreveu há alguns anos sobre a questão do MIBEL.

Estou a falar do Eng.º Aníbal Fernandes, que nestas questões das energias renováveis e da aposta do País, penso que conhece bem. E, já na altura, numa entrevista em 2011, podia ler-se: «o mercado é uma coisa muito complexa em termos de energia, andamos aqui na Península Ibérica a instituir o MIBEL desde há 7 anos...» — estávamos em 2011 — «... e não funciona; julgo que nem em Espanha funciona, quanto mais a nível europeu. Há, no sistema elétrico, diversas formas de produzir energia com características diversas e estudos de maturação, evolução e custos de produção diversos, portanto, cada país tenta adaptar-se às circunstâncias. É assim que a Alemanha privilegia o seu carvão, a França o nuclear, o Reino Unido o gás natural, e vão colocando as suas formas de energia, de uma forma não transparente em relação aos custos reais.».

Isto era em 2011. Mais tarde, ainda em 2011, este mesmo senhor diz, e volto a citar: «mas, afinal, o que vem a ser isto do mercado ibérico de energia? É mesmo um mercado, no sentido real do termo? Não, porque o produto que aí se comercializa é indiferenciado, apesar de serem distintos os custos de produção associados a cada tecnologia de transformação e parte dele já estar previamente remunerado, com base em contratos de aquisição ou compensação. E isto faz toda a diferença, porque num cenário de sobrecapacidade instalada, como temos hoje na Península Ibérica, o preço do designado mercado elétrico acaba por ser definido pelos custos marginais das centrais.»

Acrescentou ainda, em 2018: «Qual é o investidor, mesmo público, que alguma vez realizaria um projeto, cujo plano de negócios estivesse baseado na venda de eletricidade a custos marginais? E que banco estaria

disponível para financiar uma operação, cujas receitas nunca pagassem o investimento realizado?»

Ou seja, esta abordagem, feita pelo Eng.º Aníbal Fernandes, é mais um elemento para a reflexão e para o debate público, que tem vindo a surgir, e que nos leva a relativizar, digamos assim, este objetivo, esta estrela polar, em que, às vezes, o MIBEL se transforma, no debate político, e em nome do qual se estabeleceu, aqui que — lá está, isto são opiniões e esta leitura ajuda também à discussão —, na prática, não foi bem aquilo que se anunciou, teve uma série de opções, algumas das quais já aqui foram debatidas, e que o Sr. Deputado Carlos Zorrinho já aqui explicou e defendeu. Foi o caso, por exemplo, da interruptibilidade, da garantia de potência, em nome de um mercado que nunca chegou a ser mercado e que muito dificilmente alguma vez o será. Mesmo a abrangência desse mercado, chamemos-lhe assim, é um bocado a ponta do *iceberg*, relativamente ao setor energético. Como é que responde a esta objeção?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sr. Deputado, se considerássemos que só existe mercado quando esse mercado é perfeito, nem sequer existia moeda na União Europeia, não existia, praticamente, mercado na União Europeia.

Quando o Eng.º Aníbal Fernandes faz essas considerações — conheço-o bem, tal como o trabalho que fez — refere, de facto, que há ainda muitas imperfeições no mercado ibérico. Julgo que não podemos ter um raciocínio de meio-termo e, como lhe disse também, quando iniciei funções, Portugal estava atrasado na transposição da diretiva de liberalização dos mercados.

Podemos ter uma opção, que é a de considerar que a energia e outros bens essenciais não devem ser bens de mercado, ou podemos ter uma outra opção, que é a de integrar um espaço que nos é benéfico, em que o quadro

legal torna a energia um bem de mercado. O que é importante é perceber que, quando há falhas de mercado, é fundamental ter medidas políticas de compensação que sejam benéficas para os consumidores e que sejam benéficas para a economia. Essa é a questão essencial!

Acredito que, num mercado único a funcionar fluentemente no espaço europeu, a energia seria mais barata para todos nós e não haveria estas distorções competitivas que existem, por exemplo, entre o preço da energia em Portugal, na Alemanha e noutros países. Num debate recente, perguntaram ao Sr. Macron quando é que iria fechar as centrais nucleares — não fui eu quem lhe perguntei, mas poderia ter sido, pois sou assumidamente um não defensor do nuclear — e ele respondeu que fecharia as centrais nucleares quando a Alemanha fechasse as centrais a carvão. Por este caminho, nós dificilmente ficamos a meio da ponte — temos de ter um mercado único ou um mercado local.

Acredito que estamos a dar passos no sentido do mercado único e o MIBEL foi, em si próprio, positivo. Podia ter sido mais, mas coloca-nos melhor do ponto de vista competitivo para, num futuro mercado único, termos peso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, devo dizer que a sua resposta me leva quase a dizer que a vida está a demonstrar que, nestas coisas, isto raramente é o que parece e raramente é o que se anuncia, nomeadamente até com o exemplo concreto do debate com o Presidente Macron.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho** — Sr. Deputado, há alguma situação na vida que não seja assim? Quer dizer, alguma situação em que aquilo que se projeta seja exatamente aquilo que acontece? Nem nos velhos tempos do planeamento central!

Risos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há aqui uma questão incontornável: estivemos vários anos, neste País, a tentar combater — e vencemos — aqueles que procuraram impor-nos uma inevitabilidade segundo a qual se baixássemos os salários e os direitos, o País iria ficar mais rico e vencer a crise.

Houve quem viesse aqui demonstrar, de uma forma absolutamente escorreita e sem hesitações, por que razão, de acordo com a teoria económica, a diminuição dos salários e o aumento dos custos para as pequenas, médias e micro empresas e para os trabalhadores iriam resultar e ser melhores. Mas a vida está a demonstrar, também com a nossa ajuda, naquilo que procuramos influenciar, através da nossa luta e do nosso trabalho, que não era nada daquilo que nos impuseram ou que tentaram impor-nos.

O Prof. Carlos Zorrinho diz que houve ganhos diretos e indiretos, falando das medidas que foram justificadas com o tal mercado — que não foi o anunciado —, como a sustentabilidade do sistema, o uso do sistema no vazio, o robustecimento no abastecimento às empresas, a competitividade para as empresas portuguesas. Por tudo aquilo que foram os muitos ganhos resultantes quer do apoio direto e indireto aos grandes consumidores, às grandes empresas — não só a indústria, como já aqui foi dito, mas as grandes superfícies comerciais, etc. — através da interruptibilidade, quer ao próprio setor electroprodutor, através da garantia de potência, arrisco fazer-lhe uma pergunta, pois é impossível demonstrar que alguma coisa não existe, mas é, sim, possível demonstrar que existe.

Por isso, pergunto se conhece a fundamentação e a demonstração concreta e cabal dessa análise de ganhos, comparativamente aos custos que todos sabemos bem quais são. Não sei se me faço entender.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho** — Não quantificado, como refere, mas, pude aqui referir, em larga medida, quais foram as contrapartidas das verbas que referiu, as contrapartidas em termos de política social, as contrapartidas em termos de política industrial e as contrapartidas em termos de política de energia.

Acho que esses três vetores — de consolidação da política de energia, de suporte a uma política industrial de competitividade para as nossas empresas e de criação de uma tarifa social e de suporte à capacidade de mais famílias em Portugal acederem à energia — justificam mais do que suficientemente a opção que foi feita.

Quero também dizer-lhe que, em relação ao seu primeiro ponto de análise, estou completamente de acordo consigo. Felizmente, também nunca concordei com a lógica do salário baixo como fator de competitividade, mas considero que o mercado único de energia ajudará a ter uma energia mais competitiva à escala global. Uma energia mais limpa e mais competitiva à escala global é também favorável para Portugal e para a nossa economia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O ponto, aqui, tinha que ver com uma consideração nossa e que é mais ou menos evidente perante os factos que surgem todos os dias. Há, de facto, grupos económicos que estão a viver acima das nossas possibilidades. Estão a viver acima das nossas possibilidades! Aliás, até circulava uma frase que dizia: «andamos a viver acima das nossas possibilidades», mas estes é que andam a viver acima das nossas possibilidades.

Depois, há uma doutrina segundo a qual se não for assim, isto cai tudo. Por mais que lhes dermos, eles dirão sempre que não chega, mas, se não for assim, não há atratividade, não há investimento, não desenvolvimento, não há inovação... Portanto, esta questão é que está por demonstrar.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho** — Reconheço que, provavelmente, não fui suficientemente capaz na minha comunicação.

Justifiquei qual foi a racionalidade dessas duas medidas que criaram custos para o sistema, mas, ao mesmo tempo, enumerei pelo menos 12, 13, 14 medidas que retiraram custos ao sistema. Que isto que fique registado!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Onde nós temos divergido é na nossa afirmação de que não está demonstrado que isso tenha sido com um dividendo para a população e para a economia nacional.

O que os trabalhos desta comissão de inquérito têm vindo a demonstrar é que, se houve dividendo, este foi mais para os grupos económicos e menos para a população e para a pequena e média empresa. Aliás, quando falamos em custos para o sistema sabemos todos nós, nesta sala, de quem é que estamos a falar, mas nem sempre é fácil traduzir isto em português corrente. Estamos a falar da população rural e das micro e pequenas empresas que subsidiaram, na sua tarifa, este tipo de grupos económicos, seja a nível das grandes empresas e dos grandes consumidores, seja a nível do sistema electroprodutor.

Para terminar, há um aspeto que queria colocar e que tem que ver com uma distribuição de tarefas, diria, que depois pode levar a alguma perplexidade relativamente à justificação das políticas. Reportando-nos ao tempo em que estive no Governo, e a estas decisões que foram tomadas, a política enérgica, o equilíbrio contratual e a gestão era com o Ministério da Economia e com a Secretaria de Estado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que faça a pergunta, porque temos, também, a segunda ronda.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Já o Plano Nacional de Barragens era com o Ministério do Ambiente, incluindo os aspetos que poderiam e viriam a impor desequilíbrios e distorções no equilíbrio contratual.

Estas coisas eram tratadas cada uma por si? Como se explica que isto tenha acontecido, sendo de outro pelouro e, como tal, não havendo essa intervenção a nível da economia? Poderá apenas ajudar-nos a perceber?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho** — Obviamente, nós articulávamos. Eu falava com grande regularidade com o meu colega da altura, o Secretário de Estado Humberto Rosa, por exemplo.

De facto, estavam em ministérios diferentes e isso é uma solução que não era a melhor do ponto de vista governativo.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, então, para o Grupo Parlamentar do PSD.

Dou a palavra à Sr.^a Deputada Helga Correia.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de o cumprimentar, bem como o Sr. Prof. Carlos Zorrinho e as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Sr. Professor, ao longo desta audição, como já se apercebeu e como deve compreender, vão sendo colocadas algumas questões que, por vezes, parecem repetidas. Queria dizer-lhe, Sr. Professor, para não estranhar, pois muitas vezes tratam-se de repetições que servem para precisar algumas questões que, eventualmente, não ficam totalmente esclarecidas. Esta CPI serve para cumprir o propósito para a qual foi criada: esclarecer e precisar alguns aspetos que, muitas vezes, não ficam clarificados numa primeira abordagem.

Uma outra questão, relativamente à sua exposição inicial, tem que ver com algumas decisões ou opções que tomou enquanto Secretário de Estado da Energia, sempre tendo por base a defesa do consumidor. Sabendo o que sabe hoje, tendo em consideração a experiência enquanto parlamentar, enquanto cidadão e enquanto Deputado europeu, como já aqui referiu, e considerando que, muitas vezes, nos governos, tomamos decisões que, naquele momento, nos parecem as mais adequadas, tendo em consideração a situação económica e toda a envolvência, a pergunta que lhe queria deixar é qual das decisões que tomou, enquanto Secretário de Estado, eventualmente, aos olhos de hoje, alteraria ou reverteria.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho** — Como há pouco alguém referiu, acertar no *Euromilhões*, depois de a chave ter saído, é fácil.

Muito sinceramente, face às circunstâncias concretas em que foram tomadas, não considero que nenhuma decisão de fundo tivesse sido um erro. Quando há pouco referi a questão de a minha preocupação política — aliás, preocupação política de qualquer pessoa que exerça as suas funções com sentido do interesse público — ter sido representar os que me elegeram e proteger os consumidores, obviamente que tal não é uma decorrência direta.

Muitas coisas são de decorrência direta, sempre que evitamos acrescentar uma despesa, sempre que evitamos aumentar uma parcela para a tarifa, estamos, no fundo, a fazer esse benefício. Mas há, também, um conjunto de benefícios indiretos, designadamente o benefício indireto da redução do nosso défice da balança externa, o benefício indireto da criação de emprego, o benefício indireto da criação de *know-how* na nossa sociedade, o benefício indireto da qualidade do ar, da qualidade e do aproveitamento dos recursos endógenos.

Sr.^a Deputada, há pouco falei nos três modelos possíveis: um modelo mais baseado no gás e nos biocombustíveis, um modelo nuclear e um modelo

mais orientado para as energias renováveis e mais integrado. Este modelo mais integrado tem uma dimensão territorial muito importante — é o modelo que é territorialmente mais distribuído e isto também é bastante importante. A minha perspetiva foi sempre a de que em cada decisão, a curto ou a médio prazo, era o interesse nacional, o interesse dos consumidores que estava a ser defendido.

Também quero dizer-lhe que, quando deixei de ser Secretário de Estado, houve, digamos, um período em que o Secretário de Estado seguinte entendeu nem sequer querer falar comigo, o que é perfeitamente legítimo e normal. Mas, depois, na sequência, as políticas que foram seguidas, com maior ou menor intensidade, não reverteram a política que estava a ser seguida. Por alguma razão, então, essa política tem, de facto, um consenso político forte em Portugal.

O facto de não ter sido aumentado o défice tarifário durante o meu mandato, acho que foi também um grande contributo que pudemos dar para a defesa a prazo dos consumidores.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Então, Sr. Professor, enquanto foi Secretário de Estado, também não reverteu nenhuma medida do passado é porque entendia que todas foram bem decididas.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Bom, não reverter nenhuma medida do passado é um pouco difícil de dizer dessa forma; o que vamos é... Há camadas políticas... Eu falei, há pouco, por exemplo: da transposição da diretiva da cogeração, que criou um contexto completamente diferente para a cogeração; da transposição da diretiva do mercado, que criou um contexto completamente diferente para o mercado; da abertura de um concurso para a concessão da zona exclusiva para a energia das ondas, que criou um contexto completamente diferente para esse domínio...

Portanto, obviamente, vamos legislando, corrigindo, melhorando, entendemos sempre que estamos a melhorar, adaptando às circunstâncias... Por outro lado, não é muito a minha filosofia – e já desempenhei várias funções governamentais – quando chego a determinada função afirmar-me por bloquear coisas que estavam a ser feitas – aliás, a prioridade às renováveis, como disse, vinha de 1999, foi continuada e o que foi preciso fazer foram medidas de adaptação.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Vou, agora, concretamente aos incentivos à garantia de potência.

A instituição de instrumentos de incentivo à garantia de potência existe na maioria dos países europeus, embora com diferentes modelos. Estes instrumentos procuram assegurar um adequado grau de cobertura da procura pela oferta de energia elétrica e uma adequada disponibilidade dos centros eletroprodutores, visando um nível de garantia do abastecimento da energia elétrica adequado ao sistema elétrico nacional, numa ótica de médio e longo prazos.

Sabemos que aquando da entrada em funcionamento do MIBEL foi acordado proceder à harmonização desta matéria nos sistemas elétricos dos dois países ibéricos e que o Decreto-Lei n.º 264/2007 atribuiu ao membro do Governo responsável pela área da energia a competência para, através de portaria, proceder à definição do mecanismo de remuneração da garantia de potência.

Foi o Sr. Professor que, enquanto Secretário de Estado da Energia, definiu o mecanismo de garantia de potência através da publicação da Portaria n.º 765/2010, de agosto.

Pedia os seus comentários a estas afirmações.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sr.^a Deputada, já referi – aliás, o seu descritivo histórico é absolutamente correto – a razão pela qual apenas a portaria foi feita nessa fase. Foi porque, de facto, sempre considerei que era prioritário ajustar todo o resto que era preciso ajustar e fizemos muitas reuniões com o meu colega Marín, secretário de estado da energia espanhol, com os dois operadores de mercado, o espanhol e o português, fizemos muito trabalho de casa e, de facto, essa decisão era a que faltava para fechar o *dossier*.

Como disse há pouco, e volto a recordar, a decisão não foi tomada sozinha e permitiu criar uma tarifa social paga pelos operadores que, hoje, atinge 800 000 famílias.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Em 2010 a produção de energia elétrica em Portugal estava, sobretudo, alocada a operadores com disponibilidade obrigatória.

A capacidade instalada contratada à disposição do setor elétrico já era muito expressiva; tendo em conta que a garantia de potência serve exatamente para promover o investimento em nova capacidade e para assegurar a disponibilidade das centrais do sistema elétrico nacional, não lhe parece que adicionar um sobrecusto com a garantia de potência num contexto onde já havia uma grande pressão sobre as tarifas de energia, é um preciosismo tão caro quanto desnecessário? Isto porque o instrumento de garantia de potência, nos termos da Portaria n.º 765/2010, gerou um agravamento de custos na ordem dos 60 milhões de euros por ano a pagar pelos consumidores de energia.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Esse agravamento de custos apenas ocorreu um ano não ocorreu mais, não era suposto que ocorresse sempre como aqui já expliquei. O processo era flexível, adaptável e a razão pela qual

essa decisão foi tomada já a justifiquei e penso que os ganhos dela decorrentes foram bastante superiores aos custos que ela impôs.

Além do mais, e como muito bem referiu a Sr.^a Deputada, a decisão de que o MIBEL só seria constituído num quadro de harmonização da garantia de potência foi tomada em 2007 e não foi tomada por mim.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Então, o que está a querer dizer é que, neste caso, é considerado que a garantia de potência é um imperativo do MIBEL. Não acha que poderia ter sido desenhado um mecanismo que compatibilizasse os sobrecustos com os CAE e com os CMEC, de modo a acomodar os termos dos acordos no âmbito do MIBEL no que se refere à componente da disponibilidade, sobretudo se tivermos em conta que o mecanismo de garantia de potência para assegurar a disponibilidade só foi instituído em Espanha em 2011?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — O mecanismo de potência para assegurar a disponibilidade não foi só instituído em Espanha em 2011; ele existia na altura em que existiu também em Portugal. São coisas diferentes e a articulação futura do mercado com o mercado europeu é algo que faz todo o sentido.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Professor, em 2009, tinham acabado de ser contratados, aproximadamente, 2000 MW de energia renovável e já estavam em curso, em algumas centrais a gás natural, leilões para as barragens no Plano Nacional de Barragens, investimentos esses que geraram uma capacidade instalada no sistema que muitos consideram excedentária ainda hoje.

Qual era a necessidade de lançar um instrumento para promover o investimento em infraestruturas, que já estavam decididas ainda antes da

existência de qualquer incentivo? Não poderia ter atrasado um pouco mais a concretização desse incentivo?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Eu acho que o MIBEL chegou tarde de mais. Lamento não ter conseguido fechar o MIBGAS...

Peço desculpa, mas podia repetir a pergunta, apenas na parte final?

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — O que lhe perguntei foi se não poderia ter atrasado um pouco mais a concretização deste incentivo.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Como lhe disse, o MIBEL chegou tarde de mais; lamento não ter conseguido em tempo útil fechar o MIBGÁS; e todas as projeções existentes, naquela altura, sobre o consumo de energia em Portugal... É que é muito fácil, agora, dizermos que há uma sobre disponibilidade, mas as projeções, quer quanto ao consumo de energia em Portugal, quer quanto ao consumo de energia no MIBEL, na eletricidade em particular, quer quanto às interconexões eram completamente diferentes.

Portanto, o que é que não aconteceu Sr.^a Deputada? As interconexões não avançaram e houve uma crise grande em Espanha e houve uma crise grande em Portugal em parte provocada por políticas pró-cíclicas, em Portugal, que levaram a uma redução do consumo. Agora, não é adequado e justo dizer que já se sabia que não era preciso mais energia, mais eletricidade.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Mas os 2000 MW já estavam contratados.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Os 1700 MW dos dois concursos eólicos sim e tenho lido na imprensa que vai haver mais concursos,

precisamos sempre de renovar a nossa energia, de a tornar mais verde e de a tornar mais adequada.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — A Portaria n.º 765/2010 prevê uma fórmula para a determinação do valor de garantia de potência, na sua componente de incentivo ao investimento, que consta do n.º 1 do seu artigo 11.º, que respeita ao montante do incentivo de investimento, onde vem a referida fórmula.

O que lhe queria perguntar era se a referida fórmula foi desenhada pelo Secretário de Estado da Energia ou se foi decalcada do mecanismo espanhol.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Foi harmonizada com o mecanismo espanhol, desenhada pelo secretário de estado da energia, com o apoio técnico da ERSE e de todas entidades que o podiam dar, nomeadamente da DGEG.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Ainda em relação a esta mesma Portaria no n.º 3 do artigo 11.º refere-se que: «A remuneração correspondente ao incentivo ao investimento para centros electroprodutores que iniciem o seu funcionamento industrial a partir de 1 de janeiro de 2011 é atribuída durante 10 anos, contados a partir da data de início do respetivo funcionamento industrial...». Quer isto dizer que é criado um subsídio ao investimento em nova capacidade que é válido por 10 anos.

Contudo extraordinário parece ser o que está no n.º 4 onde se diz que: «Às instalações que tenham entrado em funcionamento industrial há menos de 10 anos e em data anterior a 1 de janeiro de 2011 é atribuída uma remuneração anual de (euro) 20 000/MW».

Sr. Professor, o Governo assumiu algum tipo de compromisso com este valor junto dos operadores para investimentos posteriores a 2007? Se sim, onde está escrito esse acordo, quem o assinou e a favor de quem?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Eu já respondi a essa pergunta nas respostas que dei aos seus colegas.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Professor, compreendo, mas estou a querer precisar uma questão e acho que, enquanto...

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Respeito a sua pergunta, mas teria de voltar a referir todos os fatores e como esta é uma comissão de inquérito, se não se importa... Eu percebo perfeitamente. A sua pergunta traduz uma posição política e é importante... Aliás, deixe-me dizer-lhe que fui Deputado, como a Sr.^a Deputada, e compreendo que a sua pergunta traduza essa posição política, eu se tivesse no seu lado, se eu estivesse aí e a Sr.^a Deputada aqui, eu far-lhe-ia também perguntas e, por isso, compreendo a sua pergunta, mas para a economia da comissão a minha resposta é a que dei aos seus colegas.

O Sr. **Presidente**: — Mas se o Sr. Professor quiser repetir... Da mesma maneira que é feita a repetição da pergunta... As perguntas vão sendo repetidas nunca são exatamente iguais; da mesma forma que as respostas também não o são, porque há sempre novas achegas, novos fatores.

Por isso, a questão que se coloca é tentarmos perceber se, de facto, quem coloca a pergunta, porque esta é uma comissão de inquérito, se se sente respondido à sua questão pela resposta dada – esta é uma questão central numa comissão de inquérito, que é um bocadinho diferente das demais comissões parlamentares.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Com certeza!

O Sr. **Presidente**: — Por isso, a questão que se coloca é, de facto, quem repete a pergunta, a mesma ou parecida, tem de fechar o *dossier* se se sentir respondido com uma resposta anteriormente dada.

Portanto, pergunto à Sr.^a Deputada Helga Correia se se sente respondida ou não, independentemente de percebermos a necessidade e a oportunidade de a repetição das perguntas por diferentes Deputados ou até pelos mesmos no sentido de precisar ao máximo a resposta. A resposta que o Sr. Professor deu terá de ser, digamos, validada pela Sr.^a Deputada, se me é permitida a expressão.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, entendo a resposta do Sr. Professor, contudo estamos numa comissão parlamentar de inquérito, o Sr. Professor já foi Deputado, já colocou questões, e esta questão que lhe coloquei, apesar de, eventualmente, já ter respondido, nós queremos verificar a consistência na sua resposta, daí voltarmos colocar a questão e agradecemos que resposta, independentemente de estarmos aqui mais alguns minutos, mas é para o bom entendimento e para a condução dos trabalhos.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — A portaria harmoniza o sistema português com o sistema espanhol no quadro da criação do MIBEL, tendo em conta o que estava definido no decreto-lei habilitante de 2007. É isso que é feito e é nessas circunstâncias que a portaria é feita.

Não há nenhuma negociação, nenhuma imposição com os potenciais beneficiários, exceto o aproveitamento dessa circunstância, ou seja, da concretização de uma expectativa legítima, que tinha sido criada por um

decreto-lei anterior, para cumprir uma linha de política, que era a criação de uma tarifa social paga por esses mesmos operadores, e foi isso que sucedeu.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Mas esse decreto-lei respeitava à alínea *a*) deste artigo e não à alínea *b*).

No Governo em que o Sr. Professor participou houve este tipo de acordos?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — No Governo em que eu participei? Acordos que não sejam transparentes com operadores ou com outro tipo de entidades, não. Não houve, nenhum acordo desse tipo!

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Se podemos aceitar com alguma dificuldade que a partir de julho de 2007 já havia a expectativa de que viesse a existir esta remuneração, entendemos que atribuir um incentivo a investimentos anteriores a 2 de julho de 2007 parece não fazer sentido e temos dificuldades em compreender o interesse público desta medida.

Quais foram as razões para esta medida?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — O interesse público!

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Vamos admitir que sim, Sr. Professor.

No nosso entendimento, e, certamente, no entendimento da maioria dos portugueses que, neste momento, também nos estão a ouvir em suas casas, é inexplicável que se tenha atribuído um incentivo aos novos investimentos com retroatividade.

Se o investimento já estava decidido ou realizado sem nenhum subsídio, porquê subsidiá-lo, Sr. Professor?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — O investimento estava realizado e foi financiado com base numa expectativa, expectativa essa que foi criada por um decreto-lei que foi publicado.

Por outro lado, como é óbvio, também havia... E eu estou apenas a ponderar aquilo que possam pensar os operadores, porque as decisões não foram tomadas tendo em conta os operadores, foram tomadas tendo em conta o interesse nacional. Obviamente que os operadores também tomam decisões com base... Quem investir agora em Portugal, vai tomar decisões com base na perspetiva da nova marca de *design* que está em negociação na União Europeia, com base no novo regulamento da *governance*, com base na nova diretiva das renováveis, com base na nova diretiva da eficiência energética. Ou seja, os investidores também tomam decisões com base em expectativas racionais.

No fundo, cumprimos uma expectativa racional, mas era normal que eles também a tivessem tido para o seu investimento.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Quando o Sr. Professor chegou ao Governo, a renda dos terrenos do domínio público hídrico era zero. Todavia, com a publicação da Portaria n.º 542/2010, o valor daquelas rendas passou para cerca de 20 milhões de euros anuais.

Qual a razão que levou a ser promovida esta alteração?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Já o expliquei. Havia uma imparidade no balanço da REN. A empresa pública tinha um ativo não remunerado que limitava a capacidade da REN de se financiar para objetivos de política pública muito importantes, designadamente o armazenamento de gás para o mercado, a internacionalização da REN e outro tipo de atividades fundamentais ao bom funcionamento da empresa.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Qual o sentido e conclusões do parecer que foi emitido pela ERSE relativamente ao conteúdo desta portaria?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — A ERSE não emitiu, durante o meu mandato, nenhum parecer sobre isso.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — A privatização da REN, ocorrida em 2007, considerou no seu preço um mecanismo de cálculo do valor das rendas do domínio público hídrico tal como este era antes das alterações promovidas pela referida portaria.

Ora, a alteração determinada por esta portaria, no seu mandato, resultou num benefício extraordinário: para os acionistas da REN, cerca de 20 milhões de euros anuais e, claro, o aumento do sobrecusto no mesmo valor para os consumidores de energia. É que, neste caso, não se verifica o habitual mecanismo de desorçamentação, ou seja, uma transferência de valor do bolso dos consumidores de energia para o Orçamento do Estado, mas, sim, mais grave, uma transferência direta do bolso dos mesmos consumidores para o setor empresarial privado.

Vou terminar, Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Professor que explique esta matéria à luz do interesse público.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Se a REN é hoje setor empresarial privado é porque o Governo que a Sr.^a Deputada apoiou certamente privatizou a REN.

Em segundo lugar, queria clarificar que o parecer da ERSE — ele foi há pouco referido — é um parecer de recomendação não mandatário e manifesta algumas questões de foro jurídico que foram ultrapassadas e que não foram consideradas *obviant* da decisão que foi tomada.

O Sr. **Presidente**: — Termina, assim, a primeira ronda.

Vamos agora fazer 10 minutos de intervalo e, depois, retomaremos os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 58 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 20 horas e 11 minutos.

Vamos dar início à segunda ronda, que, recorde, consta de 5 minutos para cada grupo parlamentar. As perguntas serão feitas de seguida, ou seja, com a utilização do tempo na íntegra, e o Prof. Carlos Zorrinho irá responder no final de todas as questões.

Portanto, temos cinco grupos parlamentares, o que significa que temos 25 minutos de perguntas seguidas e o mesmo tempo indicativo para a resposta, sendo certo que, como todos sabemos, é mais difícil e demorado responder a uma pergunta, que, às vezes, demora 5 segundos a fazer e carece de uma resposta não de 5 segundos, mas de 5 minutos.

Como de costume, a Mesa irá utilizar o máximo de benevolência para que todas as perguntas possam ter resposta. Como é hábito, procurarei também ir anotando as questões que forem sendo feitas, no sentido de auxiliar os trabalhos e o Dr. Carlos Zorrinho relativamente a algum esquecimento que possa existir.

O conselho que dou é que as respostas sejam dadas pela mesma ordem em que as perguntas forem colocadas, porque isso facilita o trabalho para todos, independentemente das expectativas dos Srs. Deputados de obter determinados tipos de respostas que possam não acontecer, seja pelos fatores

que for. Por isso, antes de mais, peço aos Srs. Deputados que tentem respeitar os tempos, para que possamos facilitar o trabalho de todos.

Em nome do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa, dispondo de 5 minutos para a sua intervenção.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento novamente o Prof. Carlos Zorrinho, bem como as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Esta audição já nos permitiu compreender os mecanismos do mercado elétrico, quer na oferta quer na procura, e também nos permitiu compreender que, durante os cerca de dois anos em que o Sr. Professor teve esta pasta, existiu um olhar para os consumidores mais desfavorecidos, através da tarifa social, e, simultaneamente, para a transição energética, para a aposta nas renováveis e para a necessária independência energética nacional.

Nesta audição, ficaram algumas ideias sobre as imperfeições do próprio mercado livre e do próprio mercado ibérico e sobre a importância de «rasgar» os Pirenéus e fazer as interligações.

Nesta segunda ronda, queria questioná-lo diretamente sobre isso. Na sua opinião, qual é que seria o resultado, para Portugal, de «rasgar» os Pirenéus e de fazer uma interligação com a França, mas também com países de outros continentes, nomeadamente com Marrocos? Poderia levar também a uma baixa dos preços da energia? Poderia garantir maior independência energética e maior segurança no abastecimento? Era este tipo de questões que lhe queria deixar.

Depois, gostava que precisasse uma questão lateral que foi colocada numa das suas respostas, até porque outros decisores políticos estarão aqui, em breve. Afirmou que não existiu transição de pastas com o Governo PSD/CDS, que lhe sucedeu. Existiram ou não reuniões de transição de pastas? Pela sua intervenção, percebi que isso não tinha acontecido e julgo

que, a bem do trabalho desta Comissão, é importante perceber também se existiram ou não e, se não existiram, qual o motivo.

Sobre os mecanismos da oferta e da procura, tanto quanto nos foi dito, era objetivo do mercado ibérico, do MIBEL, criar, tanto do lado da oferta quanto do lado da procura, mecanismos que oferecessem apoios, digamos assim: a interruptibilidade, a garantia de potência, o reforço da disponibilidade, o reforço da segurança no abastecimento e a racionalidade do próprio mercado; mas a interruptibilidade acabaria por também dar um apoio à nossa economia.

Queria, por isso, perguntar-lhe claramente se a interruptibilidade, sendo um apoio do lado da oferta, quase um apoio ao consumo da energia, digamos assim, tinha também um objetivo de apoio à indústria portuguesa e ao comércio nacional. Acho que é importante esta questão ficar claramente sistematizada, visto que ficou implícita nas suas afirmações.

Em relação a outras matérias, em 2011, quando ainda era Secretário de Estado da Energia e da Inovação, existia uma petição da DECO (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor) sobre os sobrecustos e o défice tarifário. Na altura, disse que esse défice tarifário e esses sobrecustos acabariam por levar à independência energética a nível nacional e, no futuro, acabariam por ter ganhos. Continua a concordar com essas afirmações que fez, em 2011, sobre esse documento?

Em relação a um dos diplomas mais debatidos nesta Comissão de Inquérito, o Decreto-Lei n.º 240/2004, sobre os custos de manutenção do equilíbrio contratual, queria sistematizar a forma como correu todo o processo dos CMEC, entre 2009 e 2011. Obviamente, a sua criação e a sua implementação já foram sobejamente debatidas nesta Comissão, mas queria questioná-lo também sobre esse período.

Outra questão: na sua vivência, enquanto Secretário de Estado, achou que fariam sentido aquelas afirmações, que foram aqui feitas, de que o

objetivo não era mais do que embelezar o ativo, melhorar o ativo, para o poder vender de forma mais valiosa? A famosa expressão de «engordar o porco» tinha muito a ver com permitir que a EDP fosse mais valiosa numa privatização e pergunto-lhe se, na sua opinião e até pelo que sentiu enquanto foi Secretário de Estado, esta legislação tinha esse objetivo.

Uma última questão tem a ver com a sua experiência enquanto governante, porque o Secretário de Estado que assinou o decreto-lei dos CMEC disse que não o conhecia ao pormenor, nem sequer sabia que lá estava a extensão do domínio hídrico. Pergunto-lhe se é natural algum membro do Governo emitir decretos-leis sem os conhecer dessa forma.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Carlos Zorrinho, a primeira questão tem a ver com o facto de o antigo Secretário de Estado Castro Guerra ter dito, quando esteve aqui, na Comissão, que, quanto à garantia de potência, foi sistematicamente pressionado pelos produtores para a implementação desse regime, mas que resistiu a essas pressões e só mais tarde — referia-se ao seu mandato — é que essa decisão foi tomada.

Pergunto-lhe que tipo de contactos teve, que reuniões e que negociações teve, eventualmente, com os produtores, a respeito da concretização do mecanismo de garantia de potência, nessa altura.

A segunda questão que lhe coloco é sobre a tarifa social, à qual se referiu consistentemente, ao longo desta audição, como uma compensação aos consumidores pelos custos em que incorreram com a introdução do mecanismo de garantia de potência.

Pergunto-lhe qual foi o grau de negociação e formalização, entre o Governo e os produtores, desse *trade-off*. Houve diálogo? Foi informal?

Alguns acordos informais que foram emergindo ao longo dos nossos trabalhos não eram assim tão informais como isso e alguns, já em fases posteriores à sua, até eram referidos em portarias sem nunca terem sido tornados públicos.

Portanto, queria que concretizasse, exatamente, se existiu ou não algum compromisso mútuo, vamos dizer assim, ou algum compromisso do Governo com os produtores para que, aceitando o financiamento da tarifa social, tivessem a contrapartida de receber o mecanismo de garantia de potência.

A terceira pergunta tem a ver com o facto de o Sr. Professor ter dito que a tarifa social só não foi atribuída através de um mecanismo automático porque a Comissão de Dados não deixou.

Gostava que concretizasse exatamente qual foi a forma como a Comissão de Dados recusou a constituição desse mecanismo de atribuição automática. Houve um pedido? Houve um parecer? Houve uma recusa? Como é que ela foi feita? Como é que tudo isso aconteceu?

Finalmente, as contrapartidas financeiras que o Estado cobrou às energias — fosse à hídrica, na concessão da extensão do domínio hídrico, fosse no Programa Nacional de Barragens, fosse na mini-hídrica e no fotovoltaico —, em todos estes processos, ascenderam a 960 milhões de euros de encaixe público, mas também sucedeu que nenhum desse dinheiro foi para abater ao défice tarifário. Se isso tivesse acontecido, o défice tarifário poderia ter sido diminuído naquela fase histórica, em 2010, para menos de metade, o que significaria para os consumidores uma descida no preço da fatura que poderia chegar a 18%. Já me referi a todos esses elementos.

Portanto, o que aqui temos é uma rotina, vamos dizer assim, de definição das políticas no setor energético, em particular no setor elétrico, em Portugal, em que o que é da fatura, como sejam receita das concessões,

receita dos leilões, receita de tudo o que respeita à economia do sistema elétrico, vai parar ao bolo do Orçamento do Estado; o que deveria ser do bolo do Orçamento do Estado, como sejam as políticas de apoio à indústria — e agora não estou a fazer juízos sobre a sua correção ou não —, aquilo que diz respeito à política industrial, à política de fomento de determinados setores económicos, etc., etc., é metido, em contrabando, na fatura.

Ora, isto é uma perversidade que ajuda a compreender que tenhamos pagado, ao longo dos últimos anos, 150 milhões de euros em juros de dívida e que tenhamos um dos preços da eletricidade mais altos da Europa — e que até já foi o mais alto da Europa.

Portanto, a minha pergunta é no sentido de saber qual foi o relevo que decisões desta magnitude, tomadas durante o Governo a que o senhor pertenceu, tiveram no seio do Governo; isto é, estou a referir-me à decisão de absorver no Orçamento do Estado e de não consignar à tarifa.

É que vemos muitas resoluções do Conselho de Ministros ao longo do Governo do Partido Socialista a que o senhor pertenceu que justificam uma série de decisões com a necessidade de reduzir a dívida tarifária. Desde logo, a extensão do domínio hídrico foi um dos argumentos usados, mas, depois, o dinheiro não foi para lá. Portanto, sistematicamente se argumenta com a redução da dívida tarifária para tomar decisões que, depois, não se traduziram na redução da dívida tarifária.

Queria perceber esta situação, que não foi formalizada, porque não há resolução do Conselho de Ministros nem nenhuma decisão do Governo que diga: «Este dinheiro vai para o bolo do Orçamento, não vai para a dívida tarifária», dizem sempre o contrário.

Como é que era o debate político disto? Quando chegaram ao Conselho de Ministros, o que é que o Ministro Teixeira dos Santos disse ao Ministro Vieira da Silva? Disse: «Vá, esqueça, a tarifa vai ter de aumentar, isto vai para o défice»? Como é que esse debate acontecia no seio do

Governo, dada a sua dimensão, a sua importância social e a contradição, tão visível, entre as palavras e o legislado e aquilo que ocorria, de facto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em jeito de complemento, para não repetir perguntas, queria dizer que é legítimo que o Partido Socialista faça perguntas sobre transição de pastas entre o Governo do Partido Socialista e o Governo do Partido Social Democrata e do CDS. É mais natural do que perguntar ao Secretário de Estado que antes era apoiante de um Governo, porque aí não há transição de pastas, o Governo é praticamente o mesmo.

As decisões do Ministro Manuel Pinho e as decisões do Ministro do Ambiente, à data — qualquer coisa Nunes, falha-me o nome... Matos Correia!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Nunes Correia!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Nunes Correia!

Se quisermos saber onde é que vamos procurar epicentros do terramoto — se é que consideramos que há um terramoto nas rendas excessivas —, temos de ir à extensão do domínio hídrico. Sobre isto, a versão do Ministro do Ambiente, à data, era: «É perfeitamente natural, o direito é da EDP, nunca tive problemas nenhuns!»; a versão do responsável do INAG à data: «Nem pensar, a EDP tem de pagar!»; a versão do regulador, dito aqui nesta Comissão: «Lesou gravemente o interesse público»; a versão do próprio autor, não moral mas, pelo menos, coadjuvante na elaboração da transição dos CAE para os CMEC, o Dr. Manso Neto, que, para alguns até, como dizem as notícias, no dia em que a EDP foi governo, atribuiu-se autor

do Decreto-Lei n.º 240/2004, que se concretiza no Governo que V. Ex.^a apoiava exatamente antes.

Reconhecendo-lhe mérito, capacidade e pensamento próprio sobre o setor energético português, é, portanto, muito difícil dizer que não percebeu os alertas que já eram evidentes: a demissão de Jorge Vasconcelos, quando se criou o défice tarifário! O défice tarifário é criado com Manuel Pinho e foi porque não se conseguiram repercutir todos os custos de produção na fatura. E talvez tenha sido por isso que V. Ex.^a, em dezembro de 2010, disse: «Nós temos de resolver o problema dos CIEG, temos de reduzir e, portanto, temos de rever CMEC e CAE» e depois não o conseguiu fazer. Diz: «Bom, porque entendemos que as circunstâncias mudaram.». É verdade, as circunstâncias mudaram. «Estamos num Estado de direito, temos contratos assinados»... É melhor não ir por aí! Mas não percebo como é que o mesmo Secretário de Estado tem esse cuidado — por isso lhe digo que complemento as perguntas que lhe são feitas — e depois tem portarias que não só reforçam ou parecem reforçar rendas excessivas como ainda têm efeitos retroativos de garantias de potência quando nós já discutíamos o Plano Nacional de Barragens — que não era assim tão consensual, havia muitas dúvidas sobre a ambição e o contributo do Plano Nacional de Barragens para os custos que tinha para o contribuinte e para a produção de energia que vinha trazer.

Portanto, sempre houve muitas dúvidas, embora houvesse consenso nas metas e objetivos que o País devia alcançar, na necessidade de reforçar o MIBEL e na altura até se falava no MIBGAS. Houve consenso, mas os mecanismos é que, quer no governo que apoiou, quer no governo de que fez parte, segundo os alertas do relatório da ERSE — que só conhecemos agora —, foram todos instrumentos que, em muitos casos, não protegeram o interesse público e, em muitos casos, não protegeram o contribuinte. Bem como — como já aqui nos foi dito — porque é que isto não foi tudo do Orçamento do Estado? Ou seja, era do contribuinte na mesma e não

diretamente do pagamento à fatura. É uma opção. Por que é que não houve cláusula de revisibilidade para podermos avaliar tudo isso?

Nada disso foi feito. Estas são perguntas sobre críticas que são feitas aqui à Portaria n.º 765/2010, que tem uma transferência de 61 milhões de euros para as centrais hídricas existentes, com efeitos retroativos, tem mais 130 milhões de euros para as novas térmicas de bombagem, e já vou deixar de lado as tarifas garantidas na biomassa, na cogeração e noutros sistemas.

De facto, tem de haver uma explicação de quem, pelo menos à data, avaliou em concreto todos os prós e contras — porque temos, inclusivamente, e é Deputado europeu, sabe isso, quem tenha vindo a esta Comissão dizer que deveríamos, ainda assim, voltar à União Europeia ou, pelo menos, ao tribunal europeu e reclamar de alguma ilegalidade ou alguma ajuda de Estado que, pelos vistos, ficou aqui escondida nalguns instrumentos.

Não sei se teremos de chegar lá e, por isso, gostaria de perceber melhor o racional destas decisões e os alertas que nunca foram tidos em conta, pelo menos os da ERSE, já nem falarei dos restantes.

Para terminar um pouco de forma mais positiva — porque continuo a achar que o MIBEL e o MIBGAS são boas ideias, deu até aqui um dado que é bom que isso se faça levando acopladas as interligações, parece que é decisivo que haja interligações —, gostaria que nos pudesse dizer o que teremos de fazer, então: devemos fazer um redesenho do MIBEL? Um redesenho do sistema tarifário? Devemos criar mecanismos regulatórios e incentivos completamente novos? Senão, corremos o risco de, daqui a uns anos, estarmos novamente com uma comissão de inquérito, porque prosseguimos os mesmos objetivos mas, pelos vistos, estamos a cometer os mesmos erros, pois de cada vez que revisitamos esta matéria parece que não aprendemos nada com o passado. Isso foi evidente no Governo que apoiou e de que fez parte.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, eu queria fazer uma errata de 10 segundos à minha intervenção...

O Sr. **Presidente**: — Uma errata de 10 segundos?!...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É que eu disse uma coisa errada e não gostaria de a deixar dita.

É muito simples, nada retira ao meu argumento mas é uma correção factual: da extensão do domínio hídrico houve uma terça parte que foi retirada ao défice tarifário; foram dois terços da indemnização do domínio hídrico que foram, de facto, para o défice tarifário.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — E no período anterior também, na altura dos CMEC, foram também entregues para o défice tarifário 800 milhões de euros. É só para que fique também registado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, pego já nesta questão das verbas que foram aplicadas na redução do défice ou da dívida tarifária ou, de uma forma mais prosaica, mesmo nos custos para o sistema e no que permitiria a redução dos custos com a energia, na fatura dos consumidores. Isto tem a ver com a questão dos quase 1000 milhões de euros que teriam sido arrecadados nas concessões de renováveis, de um modo geral. E aí, esta matéria, digamos, integra-se nessa abordagem que estávamos a fazer até agora relativamente ao que sendo receita iria para as contas gerais do Estado, e o que fosse para pagar pagavam os consumidores, pagava o dito «sistema» que, na verdade, eram os consumidores, a população, as PME, etc..

Portanto, quero reiterar essa pergunta, que quase é uma pergunta retórica: para onde foram essas verbas? Nós já temos uma ideia para onde elas terão ido, a questão é como é que se tomou a opção política que acabou por levar a efeito esse recurso sistemático.

Há também outra questão, que tem a ver com a justificação das decisões, das opções políticas, como uma visão estratégica sem cuidar de saber dos custos concretos relativamente às implicações de cada opção. Não sei se me faço entender... Se perguntarmos por que é que continuou no seu mandato de Secretário de Estado a licenciar centrais renováveis nos termos em que eram licenciadas, quando já se sabia dos seus elevados custos para os consumidores — os domésticos, em particular —, o senhor poderá dizer que enquanto Secretário de Estado a sua opção foi essa por uma razão de visão estratégica e porque as renováveis serão sempre uma opção fundamental.

A nossa questão é esta: mas a que preço? Mesmo naquelas condições, o senhor mantém que essa foi a melhor opção, e esta é uma questão que queríamos deixar, porque parece que o balanço que o senhor aqui nos faz é claramente positivo, de grande valorização e otimismo, mesmo perante as implicações, as circunstâncias e as consequências desses negócios e do preço que teve de ser pago, nomeadamente pelos consumidores, pela população.

Um aspeto que ainda tem a ver com a Portaria n.º 765/2010, já aqui muito falada, sobre o mecanismo garantido de potência, e só mesmo para se clarificar o que se passou e o que o senhor acompanhou — não percebi até agora —: o senhor, enquanto Secretário de Estado, tomou conhecimento do parecer da ERSE ou não?

Há uma troca de *e-mails* que o senhor não tem obrigação de conhecer, tem a ver com o seu assessor e com a pessoa que está na ERSE, mas a pessoa que está na ERSE diz ao seu assessor: «Reiteramos os alertas que fizemos no nosso parecer sobre o impacto que isto tem na tarifa». Ou seja, lembra

os alertas da ERSE no parecer enviado ao Governo sobre aquele projeto de portaria.

Ora, o que o senhor disse há pouco foi que o desenho deste mecanismo foi da sua elaboração, da sua responsabilidade, com o apoio técnico da ERSE. Penso que foi isto que foi dito. Ora bem, o senhor contou com o apoio, a participação, a intervenção da ERSE na elaboração deste diploma. Então, peço que nos esclareça, por favor, que apoio foi esse, porque para além da elaboração concreta de certas normas, certos artigos e pontos de um texto, há uma questão de fundo que é a reserva que a ERSE coloca relativamente ao impacto que aquele diploma, no seu conjunto, tem para a tarifa, em particular o artigo 11.º, que é a norma que já aqui foi falada.

Portanto, pedia-lhe que nos explicasse qual foi, afinal, o papel da ERSE e, já agora, que consequências teve esse parecer e esse alerta relativamente ao impacto para a tarifa.

Por outro lado, referiu, também — primeiro, naquele deve e haver que estávamos a discutir há pouco sobre as vantagens e custos que este tipo de decisões implicaram para o País, para a economia, para o sistema em geral — a tarifa social, como tendo sido um ganho daquele processo. Já tinha dito que se tratou de consumir os efeitos do decreto-lei de 2007, mas, mais à frente, até foi mais ao detalhe, e afirmou: «Não houve qualquer negociação ou imposição, exceto no que diz respeito à introdução da tarifa social».

Queria perguntar-lhe como é que foi desencadeado o processo que diz respeito à tarifa social no quadro daquela portaria do mecanismo garantido de potência. Quem é que lançou essa questão? Quando estava a responder isto estava a responder no âmbito da matéria daquela portaria, portanto, importa esclarecer essa mesma questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Helga Correia, faça favor.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Professor, queria, nesta ronda, colocar mais algumas questões.

A Portaria n.º 765/2010 previa uma fórmula para a determinação do valor da garantia de potência, na sua componente de incentivo ao investimento, mas no caso da componente da promoção à disponibilidade essa fórmula não está prevista.

No n.º 1 do artigo 6.º, que diz respeito à remuneração do serviço de disponibilidade, está inscrito que o montante máximo anual destinado a remunerar o serviço de disponibilidade é fixado até 1 de novembro do ano antecedente, por despacho dos membros do governo, mas, em contrapartida, o mesmo diploma, a título de normas finais — e se for necessário tenho aqui o diploma comigo —, no seu artigo 16.º, no n.º 2, prevê que seja fixado a 20 000 €/MW o montante anual de incentivos ao investimento relativamente a cada centro eletroprodutor abrangido que obtenha licença de exploração no período compreendido entre a entrada em vigor da presente portaria e a entrada em vigor da metodologia prevista no n.º 1 do artigo 14.º. Isto é, o incentivo à disponibilidade, o montante a ser atribuído ao investimento em nova capacidade no futuro havia de ser regulamentado e obedece a uma fórmula que o governo não sabia o resultado que deveria esperar.

Estas são as duas principais situações que a garantia de potência pretendia acomodar com esta portaria, mas que ela não concretiza. A portaria concretiza, sim, o valor a pagar retroativa ou transitoriamente, isto é, o valor a pagar aos investimentos já lançados com os do Plano Nacional de Barragens. Ou seja, fez-se uma portaria em que o único fator realmente concretizado foi a definição do montante do incentivo ao investimento em unidades existentes.

As perguntas que lhe coloco são estas: não lhe parece que esta medida deveria ter merecido, por parte do governo da altura, uma maior ponderação? Recebeu instruções superiores para a implementar neste sentido ou foi uma

decisão exclusivamente sua, enquanto Secretário de Estado? E não me querendo repetir, mas de que forma é que foi defendido, mais uma vez, o interesse público, nesta decisão?

Sr. Professor, o leilão ... das barragens no Plano Nacional de Barragens foi concedido durante o seu mandato de Secretário de Estado da Energia. Consegue precisar-me qual foi o valor arrecadado e qual o destino que foi dado a esse valor? Ele foi aplicado diretamente a favor dos consumidores de energia, neste caso, ou foi diretamente ao Orçamento do Estado?

Outra questão: os valores da garantia de potência já estavam considerados no preço oferecido pelos concorrentes nos referidos leilões? Esta questão é, em nosso entender, importante, uma vez que se o valor não estivesse considerado estaríamos a transferir um montante na ordem dos 600 milhões de euros do bolso dos consumidores de energia para o bolso dos privados. Por outro lado, se estiver a ser considerado, mais uma vez estamos diretamente a efetuar uma transferência do bolso dos consumidores para o Orçamento do Estado. É como se fosse uma operação de desorçamentação, menos má, mas certamente não é uma boa prática.

Foi, aliás, já afirmado nesta Comissão que a atribuição dos CAE à EDP como uma taxa de remuneração garantida muitíssimo favorável foi no sentido de, vou utilizar uma expressão que tem sido muito utilizada aqui, embelezar a noiva para a privatização. Foi a primeira e a principal renda excessiva no setor elétrico e que os consumidores continuam a pagar até hoje.

Sr. Professor, num tempo em que o défice tarifário e a dívida tarifária já eram bastante expressivos, o senhor publicou um conjunto de diplomas que concretizaram ou que conduziram ao aumento dos CIEG na ordem dos 80 milhões de euros anuais.

Alguma vez teve oportunidade de refletir, eventualmente, sobre este legado que o Governo de que o senhor fez parte nos deixou? Qual é a sua apreciação pessoal à luz do conhecimento que hoje tem sobre estas matérias com que nos vemos confrontados?

Para terminar, Sr. Presidente, queria só precisar uma questão: quando falei na questão da garantia de potência em Espanha, o Sr. Professor disse que era anterior a 2011. Tive oportunidade, entretanto, de confirmar a informação que tinha e o mecanismo de garantia da potência foi instalado em Espanha em 2011 através da ordem ITC/3127, de 2011, de 17 de novembro. Só queria mesmo clarificar esta situação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, fechamos assim a segunda ronda.

Tenho a indicação de que dois Deputados querem fazer na terceira ronda perguntas de dois minutos. Se houvesse só dois intervenientes, ia sugerir que se fizessem já as perguntas e o Prof. Carlos Zorrinho responderia no fim.

Mas como há mais Deputados interessados em usar a terceira ronda, vamos avançar com as respostas relativas à segunda.

Sr. Professor, o tempo indicativo para responder é de 25 minutos, mas será flexível, uma vez que as questões são muitas e variadas e carecem de respostas, se calhar, mais detalhadas. Tem a palavra.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sr. Presidente, vou procurar responder de forma direta e concisa.

Sr. Deputado Hugo Costa, a questão das interconexões obviamente é fundamental. Foi uma questão com que me preocupei, como disse há pouco. A criação de condições para que acontecessem foi uma das motivações de algumas das medidas que tomei.

Aquilo que me pede sobre a importância das interconexões no futuro, julgo que não o faço por menos respeito por si. Teria muito gosto em discutir o tema, nomeadamente a importância das interconexões no quadro global, no quadro do mercado único europeu, no quadro do futuro da energia em Portugal, a ligação com Marrocos e tudo mais, mas obviamente que transcende o meu papel aqui que é o de falar sobre o meu período de governação.

Em relação à transição de pastas, como tive oportunidade de referir, tive uma conversa simpática com o Sr. Ministro da Economia Álvaro Santos Pereira que sucedeu ao meu Ministro da Economia. Foi uma conversa curta, simpática e em que lhe expus as principais questões.

De facto, não houve oportunidade de falar com o Secretário de Estado seguinte. Com o Secretário de Estado Artur Trindade, por exemplo, tive sempre uma excelente relação e com todos os outros que se seguiram obviamente, que é o mais normal que assim aconteça.

Em relação à questão da interruptibilidade e do irmos para além da política de energia, julgo que se quisesse dar um bom exemplo sobre uma medida, sendo uma medida de política energética, tomada com sensibilidade empresarial e social, seria esta medida. Porque, de facto, é uma medida que torna o sistema mais sustentável, mas, ao mesmo tempo, torna mais competitivo o preço da energia e isso também tem reflexos nos custos.

Obviamente, temos de nos preocupar, e eu fi-lo sempre, com o custo da fatura energética, mas esse custo tem um conjunto de repercussões noutras faturas. Isso tem de ser sempre considerado.

Queria também referir que a questão da noiva, do porco, da EDP...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O Sr. Professor está a misturar tudo!

Risos.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Repito: quando fui Secretário de Estado, a EDP era uma empresa com capitais variados, 75% de capitais privados, 25% de capitais públicos, e uma empresa estruturante, do ponto de vista do nosso tecido empresarial. Era uma das maiores empresas em qualquer *ranking* internacional, uma das empresas que se financiava com custos mais baixos em termos internacionais. Era uma das empresas que mais fazia investimento, nomeadamente nos Estados Unidos, na Escandinávia.

Era uma das empresas que mais emprego criava ou sustentava — não estou a dizer que agora não é, mas estou a fazer a análise daquele momento — e, portanto, nunca tive nenhuma preferência, nem tomei nenhuma decisão para beneficiar a EDP.

O bem ou aquilo que a EDP conseguiu ou conseguisse, respeitando as regras, era bom para ela e para o País, tudo o que não respeitasse as regras, obviamente, não seria bom. Portanto, a minha preocupação... E não tenho consciência de ter beneficiado a EDP em nenhuma circunstância, mas também não tinha a intenção, não a tenho, nem tive nunca, de perseguir qualquer empresa que fosse e, em particular, a EDP.

Acho que é muito importante deixar claro isto, tendo em conta também o papel que a EDP tem, teve, tinha naquela circunstância, sendo uma empresa com um presidente nomeado pelo Estado e com 20% do capital do Estado.

Em relação ao Sr. Deputado Jorge Costa...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, peço desculpa de interromper.

Relativamente às questões do Deputado Hugo Costa, ele também fez referência e pediu a sua opinião relativamente a uma questão de 2011 sobre

uma suposta entrevista da DECO onde se poria a questão do défice tarifário que, no futuro, seria positivo para o País.

E, ainda, duas outras questões que têm a ver com a forma como foi a aplicação dos CMEC durante o seu período e também sobre a extensão do domínio hídrico, sobre a forma como geriu esse *dossier*, se é que teve de o gerir, durante o seu período de governação.

Penso que são essas as três questões que falta responder.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sobre a extensão do domínio hídrico, não, não era da minha responsabilidade.

As frases têm de ser vistas no seu contexto. Obviamente que posso ter dito que o défice tarifário gerado pela *feed-in tariff*, ou seja, pelo apoio dado às renováveis, no futuro seria bom para o País. De outra forma, não imagino dizê-lo.

Desculpe, Sr. Presidente, qual era a pergunta do meio?

O Sr. **Presidente**: — Era a questão da aplicação dos CMEC.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Em relação à aplicação dos CMEC, há pouco expliquei.

A aplicação do CMEC no meu período foi simples, direta e clara. Ou seja, só tive um ano em que, de facto, fui eu que tive de — como é que se diz? — aceitar a decisão. Portanto, foi só um ano em que tive de o fazer e o processo foi o que referi há pouco. Face aos parâmetros, a EDP fez a correção com base no Valorágua, a REN validou, a DGEG propôs o valor de equilíbrio, a ERSE deu parecer favorável e eu homologuei.

Era esta a palavra que estava à procura.

Sr. Deputado Jorge Costa, acho que era muito importante dar-lhe nota do modelo que utilizei para a produção de legislação, de múltipla legislação, que tive de pôr em prática durante o meu mandato.

As capacidades técnicas existentes em média, pelo menos, na minha experiência, nos gabinetes são de elevadíssima qualidade. Tive colaboradores de elevadíssima qualidade, mas muitas vezes existe uma relação desproporcionada entre os recursos que estão disponíveis para o decisor e os recursos que estão disponíveis para alguns *stakeholders*.

Tendo em conta esta realidade, adotei um princípio que foi o de não aceitar nenhuma proposta legislativa oferecida, dada, sugerida por qualquer operador, por qualquer interveniente, por qualquer *stakeholder* no mercado.

A forma como sempre atuei, em múltiplos processos legislativos, foi: o nosso gabinete fazia a proposta base e, uma vez feita a proposta base, ela circulava pelos *stakeholders* que a podiam comentar. Portanto, quero dizer-lhe que a proposta base da portaria da garantia de potência circulou em simultâneo com a proposta base da resolução sobre a tarifa social. Era assim que as coisas funcionavam, mas não houve nenhum compromisso escrito, não houve nada, mas é óbvio que os processos são sistémicos.

Foi assim que sempre funcionou.

Sobre a questão da proteção de dados, não lhe posso precisar e não quero cometer nenhum erro se houve documento escrito ou não. O que lhe quero dizer é que foi o Ministério do Trabalho e da Segurança Social que nos informou que não estava autorizado a cruzar a sua base de dados, ou seja, no fundo, a ceder a sua base de dados à EDP, à Endesa e outras empresas, obviamente temos sempre a tendência para falarmos no incumbente, à EDP, enquanto incumbente, para que fosse automaticamente feito o processamento. Foi o Ministério do Trabalho e da Segurança Social que nos informou disso e, felizmente, esse assunto foi resolvido.

Quero dizer também que concordo em absoluto consigo que é saudável e correto que, havendo uma política energética que gera receitas através das concessões, sendo que essas concessões também geram despesa, a receita gerada por elas seja usada na política energética.

A verdade é que o ano de 200 e os poucos meses, três, de 2011 em que tive oportunidade de exercer funções de governação, foram anos particularmente complexos, do ponto de vista orçamental em Portugal.

Obviamente que a decisão foi tomada por entidades superiores. De qualquer maneira, batemo-nos, nós, Ministério da Economia, para que duas questões essenciais para nós não tivessem ocorrido: uma é que, infelizmente, não pudemos reduzir o défice tarifário, reduzimos o défice do País, mas o défice tarifário não aumentou; em segundo lugar, não foi por muito tempo, mas pressões internacionais para aumentar o IVA da energia, que foram muito anteriores à imposição final da troica. Nós sempre nos batemos contra isso.

Disse há pouco, expliquei, que considero que a política energética em Portugal tem um contributo de cidadania que terá um ganho de cidadania e que isso se justificava se tivéssemos durante muito tempo com sucesso conseguido conter as arremetidas, digamos assim, da Comissão Europeia no sentido da harmonização fiscal em termos energéticos.

Peço desculpa, entretanto, à procura, há pouco, da designação «homologar» baralhei as páginas, mas já voltei a encontrar.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, mas estou a olhar para o Sr. Deputado Jorge Costa, porque, pelas minhas anotações, foram todas as questões respondidas.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sim.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Queria agora responder ao Sr. Deputado Hélder Amaral. A primeira questão, sobre a transição Manuel Pinho/Vieira da Silva. Acho que deve perguntar ao Ministro Vieira da Silva quando ele aqui vier.

Não havia Secretário de Estado da Energia no tempo de Manuel Pinho. Castro Guerra foi Secretário de Estado da Energia até determinado ponto, não vou agora entrar nisso, ele já fez a sua declaração. Não havia formalmente Secretário de Estado da Energia. De qualquer maneira, não falei com o Castro Guerra, que fique claro que não falei com ele.

Obviamente, havia uma política do Governo, um programa de Governo, que era um programa de continuidade e, não foi por acaso, o que fizemos, a primeira decisão que tomámos, o Sr. Ministro e eu próprio, foi desenvolver e criar uma Estratégia Nacional para a Energia 2020.

Houve, aliás, uns primeiros quatro a cinco meses em que corremos o risco, obviamente calculado, de alguns operadores do mercado — não estou a dizer apenas os fornecedores — dizerem que a nossa Secretaria de Estado estava parada, que não estávamos a fazer nada.

Sempre disse que, naquele momento, precisava de parar, exatamente para arrumar a casa, ter a visão de conjunto e fazer um novo arranque consolidado. Foi isso que fizemos. Não houve nenhuma inversão de política, não houve nenhuma inversão de política, houve uma maior integração das políticas.

Também não é verdade, Sr. Deputado Hélder Amaral — e, agora, repito o seu nome enfaticamente para corrigir o meu erro de há pouco —, que o défice tarifário de 2000 milhões de euros, criado em 2008, tenha sido criado — não foi por mim, obviamente, foi antes de mim, mas acho que devo aqui corrigir este dado — por Manuel Pinho.

Esta Comissão teve oportunidade de ouvir o Ministro Manuel Pinho e, obviamente, ele terá a possibilidade de se defender, mas o que aconteceu,

em 2008 — tive oportunidade de o verificar —, foi uma subida brutal dos preços dos combustíveis fósseis que faria com que o aumento da energia proposto pela ERSE rondasse os 30%, nesse ano. Houve uma resolução ou uma decisão do Parlamento, votada por unanimidade, para reduzir para 3% o aumento, e criar o défice tarifário. Que sejamos claros, a bem da verdade histórica!

Em síntese, penso que as medidas que tomei não criaram o défice tarifário, umas compensaram as outras, isto é, não criaram défice tarifário, nem aumentaram os preços, as tarifas, do ponto de vista comparativo. Ou seja, as tarifas também variam de acordo com as variações do preço das matérias-primas. Recordo que o único ano em que tive de homologar um aumento de energia, este foi de 3,1%, o que é sempre dinheiro, obviamente, mas foi um aumento compatível com os aumentos nos outros países, com o aumento do preço da energia e com o do preço das matérias-primas.

Aliás, antecipando uma pergunta do Sr. Deputado Bruno Dias, ou fazendo um comentário às perguntas dele, para fechar — tendo-me esquecido de alguma coisa, depois respondo —, quero dizer que acho que devemos fazer uma reflexão, à qual não sei responder, mas é apenas uma reflexão.

Estão os Srs. Deputadas convencidos de que, se Portugal não tivesse apostado nas energias renováveis e, por não ter outro tipo de recursos, estivesse hoje dependente de uma central nuclear, ou de uma central nuclear e de cinco ou seis centrais a gás, e de mais um conjunto de centrais a carvão, teríamos a energia mais barata?

Estão os Srs. Deputados convencidos de que os tais operadores de mercado tinham tido menos lucros? Estão garantidos...

Sei o que aconteceu com este cenário, é um cenário que tem coisas boas, tem coisas más, em síntese, acho que é um cenário muito positivo para o País, pelo emprego, pelas competências, pela liderança, pela imagem.

Um País que tem, hoje em dia... Não queria divagar, mas, sobretudo, hoje, em que os turistas jovens que percorrem o planeta são, normalmente, também turistas preocupados com as questões do acordo de Paris, com as questões da sustentabilidade, é óbvio que Portugal também se torna mais atrativo pela sua paisagem, pela sua estratégia nas renováveis, pela imagem que tem nesse domínio.

É global, temos de perceber isto, também do ponto de vista global. Acho que, do ponto de vista global, esta estratégia é uma estratégia que podia ter corrido melhor, em muitas coisas, podia ter sido corrigida, noutras. Vimos há pouco a questão do défice tarifário, a questão do financiamento, mas é uma estratégia globalmente positiva.

Deixe-me tentar perceber a primeira pergunta do Sr. Deputado Bruno Dias... Exatamente, se, no meu período, considero que deveria ter ido...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, mas a última questão que o Sr. Deputado Hélder Amaral levantou tinha a ver com a questão do MIBEL. Sendo positivo, com os resultados que tem, o que vamos de ter de fazer no futuro, um novo MIBEL, uma nova...

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, não... Se houver um colóquio, respondo a essa pergunta. É isso! É que tenho opinião, mas ela não acrescenta nada a esta Comissão de Inquérito, peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, quero dizer-lhe que temos recolhido a opinião das pessoas que cá vêm, porque as valorizamos, até pelo conhecimento que têm, ou não, que é sempre importante para o relatório final. É só essa nota que tenho de dar.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — De qualquer maneira, julgo que — é uma nota que quero deixar e repetir —, obviamente, vão entrar em vigor... Se vai haver eleições europeias, a 26 de maio, tudo pode acontecer, os europeus vão decidir se querem mais Europa, menos Europa, se querem manter a Europa, ou não, está tudo em jogo!

A verdade é que, se continuar a haver o projeto europeu, se toda aquela legislação, que se chama *clean package*, que foi agora aprovada, for concretizada, espero que valorizemos tudo o que conseguimos na aplicação do *clean package* e, ao mesmo tempo, aprendamos com os erros que cometemos e não os voltemos a cometer no alargamento que vamos fazer agora ao Mercado Único.

O Sr. **Presidente**: — Em relação ao Sr. Deputado Bruno Dias...

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Em relação ao Sr. Deputado Bruno Dias, a primeira pergunta é uma repetição da pergunta feita pelo Sr. Deputado Jorge Costa.

Já referi que considero que, no meu período, deveria ter ido para o défice, mas a verdade é que o Estado português tinha circunstâncias específicas e, portanto, aquilo que foi cobrado não foi para o défice tarifário, foi para o défice orçamental do Estado português. No fundo, foi também para os portugueses, de uma forma diferente.

Não entendo que tenha ido — sei que é isso que subjaz à sua pergunta — para os operadores. Os operadores, aliás, também têm, de alguma forma, uma espécie de promissórias do défice tarifário e, depois, endividam-se em contra dessa promissória. O défice tarifário é aos fornecedores e, portanto, eles também preferiam, eventualmente, ter recebido. A questão foi essa, foi de facto...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não se preocupe mais com isso!

Risos.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Também queria dizer que é óbvio que não fiz fotocópias, quando saí da Secretaria de Estado, mas acredito que exista tudo isso.

Para fazer a Estratégia 2020, que deve ter à volta de 80 a 100 páginas, produzimos milhares de páginas — fizemos, aliás, muita poluição —, gastámos milhares de páginas, fizemos muitos estudos de impacto, muitos cenários, muitas projeções, impactos de emprego, impactos de transações, impactos de redução do défice...

Portanto, fizemos muitos, muitos estudos e a opção estratégica teve a ver com o número de empregos que se pretendia criar que, penso, eram 200 000, os quais creio que foram criados, com os índices de inovação, com os...

Não é por acaso que Portugal, nos últimos anos, passou a ser um não contribuinte líquido do Horizonte 2020, futuro Horizonte Europa.

De facto, também desenvolvemos capacidades. Por exemplo, o INESC Porto (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência), para citar um exemplo de uma entidade pública, é um centro de competência absolutamente único que ganha concursos e financiamentos em termos internacionais — esteve aqui, aliás, o seu antigo diretor, pessoa que muito prezo.

Portanto, tudo isso foi ponderado, o impacto na inovação, o impacto no emprego, o impacto também na descarbonização.

Quer queiramos, quer não — vamos outra vez ver —, ou acreditamos naquilo com que nos comprometemos ou não. Temos de ter carbono zero ou, pelo menos, balanço carbónico zero, em 2050. Estamos muito longe de o conseguir, no último ano, na Europa, houve até um aumento de emissões.

Isso implica, por exemplo, uma transição, do ponto de vista do modelo de mobilidade.

O Mobi.e permitiu que tenhamos hoje empresas portuguesas a exportar tecnologia, sobretudo em termos de pesados, de autocarros e de outras coisas mais. Exportámos as plataformas, *o software*, a tecnologia, só não exportámos carros, mas pode ser que um dia mais tarde o façamos. Também temos — como é que se chama? — um instituto de excelência e de engenharia a trabalhar nisso, na criação de um carro elétrico, exatamente, em Matosinhos, e um pouco por todo o País.

Portanto, a verdade é que tudo isso foi ponderado na estratégia.

O parecer da ERSE sobre o domínio hídrico é anterior ao meu mandato; os alertas foram feitos durante o meu mandato. A portaria foi feita com o apoio técnico da ERSE, que ajudou a definir tudo, incluindo o preço, não significando que a ERSE tivesse concordado com o valor. O valor é da minha responsabilidade. Mas trabalhámos...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quando disse domínio hídrico, queria dizer garantia de potência?

O Sr. **Presidente**: — Sim, garantia de potência.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Neste caso, estava a falar nos alertas em relação à questão do pagamento da remuneração dos terrenos da REN.

Em relação à garantia de potência, a ERSE não tem nenhum parecer negativo e deu muitos contributos técnicos, como é normal, aliás, deu muitos contributos técnicos muito importantes, embora a responsabilidade política dessas decisões seja, obviamente, do Governo e, em particular, do Secretário de Estado.

Sr.^a Deputada Helga Correia, não gosto muito deste «bate bola» — desculpe a expressão, a esta hora — sobretudo, porque há pouco disse, e volto a dizer o que sinto — posso estar enganado —, mas o que senti, o que sinto é que a aposta neste modelo energético é uma aposta que...

Falamos muito nos consensos de regime; ora, se há um certo consenso de regime, é sobre este modelo de desenvolvimento energético. Claro que depois discordamos, em particular, sobre como é que foi feito isto, como é que foi feito aquilo. Mas, por exemplo, as linhas básicas do desenho do MIBEL — cumprimento-a e saúdo-a por isso — foram feitas, em 2004, no quadro de um governo do PSD.

As políticas, na generalidade, foram depois continuadas, tanto pelos governos do PS, como pelos governos do PSD/CDS, mas o MIBEL começou, em concreto, nessa circunstância.

Foi nessa altura também que foi criada a expectativa da harmonização.

Os decisores, quem investe, e quem investe muito dinheiro — é por isso que há os analistas de mercado e de investimento —, decidem por expectativa. A partir do momento em que há uma expectativa de concretização do MIBEL, há também uma expectativa de que, mais cedo ou mais tarde, esse MIBEL vá ter determinado tipo de características.

Portanto, acredito que quem investiu no plano de barragens, que foi anterior à minha..., aliás, também não era da minha tutela, certamente tinha essa expectativa, acredito que tinha essa expectativa, que era uma expectativa, e não uma garantia.

Quero também dizer-lhe que não recebi nenhuma instrução para fazer qualquer legislação daquela que fiz.

Recebi, sim, instruções claras no sentido de finalizar o MIBEL. O MIBEL foi aliás o objeto de uma Cimeira Luso-Espanhola, já não sei exatamente se em Zamora, penso que foi a última, porque depois houve uma série de problemas e só agora é que se retomaram. Recebi essa instrução,

com a qual concordei em absoluto, ou seja, tive luz verde — vou dizer assim para ser claro e não me desculpar com ninguém — para fazer aquilo que queria, ou seja, eu, o meu Ministro, a minha equipa, tivemos luz verde para fazermos aquilo que achávamos que era melhor, que era finalizar o MIBEL, não, para nada mais em particular.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Mas o sistema espanhol também tinha retroatividade?

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — O Secretário espanhol também estava muito entusiasmado com a ideia, sei que estava muito entusiasmado com a ideia.

Sr.^a Deputada, não fizemos nada... Pelo menos, tenho a noção de que não tomei nenhuma decisão — acho que, aliás, nenhum de nós tomaria — que entendesse, em consciência, ser contra o interesse público.

Por vezes, há decisões que temos de tomar em determinado tipo de *timing* e em determinado tipo de momento, porque estamos enquadrados numa realidade mais vasta. Por exemplo, ainda bem que me bati — e não foi fácil, como imagina —, com o apoio de todo o Governo, para que a nossa liberalização mantivesse a tarifa regulada, que depois voltou a ser, aliás, com o Governo do PSD, e voltou a ser mais tarde, porque é óbvio que não temos o mercado a funcionar, que não há um mercado perfeito, sobretudo ao nível do pequeno consumidor, que permita ter uma liberalização completa e não haver, pelo menos, uma tarifa de refúgio.

Claro que os operadores não gostaram mas ainda bem que isso aconteceu.

Muitas vezes temos condicionantes, mas, olhando para trás, passados oito anos em que fiz tanta coisa diferente — fui líder parlamentar neste Parlamento, fui Deputado europeu em tantas áreas, neste momento trabalho

mais na área digital, muita ligada à área da energia —, tenho consciência de que não destruí valor para o interesse público em Portugal.

Os Srs. Deputados avaliarão. Os eleitores avaliaram no final do meu mandato e não foi uma grande avaliação.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Só duas questões, se me permite, antes de prosseguirmos.

De onde surgem os 20 000 €? Ou seja, como se chega a este valor?

A segunda tem a ver com a questão que a Sr.^a Deputada levantou, que é a seguinte: nos leilões já estava contabilizado o valor da garantia de potência ou não?

Penso que foram estas duas questões que ficaram por responder.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sobre os leilões do Plano Nacional de Barragens, obviamente respondi dizendo que, decerto, quando os operadores fizeram as ofertas tinham essa expectativa, não tinham essa certeza. Portanto, a isso respondi.

Em relação à questão dos 20 000 €, não me lembro já em particular como chegámos a esse valor, mas foi uma procura de harmonização com o mediador espanhol e também com a consultadoria técnica na altura. Entendemos que esse era o valor de base, de partida. Já não me recordo exatamente como chegámos a esse valor concreto. Certamente houve muita circulação da informação e, no final, esse foi o valor a que chegámos. Não me recordo exatamente como é que lá chegámos.

O Sr. **Presidente**: — Até eu já repito perguntas sem querer. Fui eu que não me apercebi da resposta. Lamento!

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — A pergunta é bem repetida, porque respondi de uma forma que não se percebeu que tinha respondido.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, passar para a terceira ronda.

Para já, tenho a indicação da inscrição do Grupo Parlamentar do PS, do PSD e do Bloco de Esquerda. O PCP e o CDS-PP dizem que não se inscrevem.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não quero repetir as perguntas!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Podia repetir, mas não quer.

Temos, então, 3 minutos para cada grupo parlamentar e uma resposta final.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Cardoso, que tem 3 minutos.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Sr. Presidente, provavelmente terei o tempo mais reduzido.

Começo por cumprimentar o Sr. Prof. Carlos Zorrinho.

De toda a apresentação que fez, chamaram-me à atenção duas ou três notas, que gostava de ver esclarecidas.

Todos estamos conscientes de que um dos maiores desafios da Humanidade são as alterações climáticas, provavelmente superior, até, à questão do terrorismo, que também muito nos afeta e nos preocupa. Nesse sentido, a contribuição das energias renováveis é fundamental para a descarbonização e, no caso concreto, na energia que é, talvez, dos maiores componentes para essa descarbonização do planeta.

Disse, e bem, que os decisores tomam medidas num dado momento, num determinado contexto, sempre imbuídos no espírito de que as mesmas sejam bem-sucedidas e tenham bons resultados. No caso concreto, o tema que nos traz cá tem a ver com as rendas excessivas e a primeira questão que coloco é que a história, provavelmente, nos vai dizer que estas rendas excessivas poderão ser custos da ecologia. Queria que me comentasse isto, dado que, salvo alguns casos particulares, devidamente salvaguardados, na generalidade, penso que concordará comigo.

Esta era a primeira questão que lhe queria colocar. Sabemos hoje porquê. Sabemos hoje que 52% da energia que consumimos é energia renovável, portanto, é um indicativo que merece, da nossa parte, o maior reconhecimento e entusiasmo para continuarmos a insistir e a apostar nas energias renováveis.

A segunda questão tem a ver com o Mercado Ibérico de Eletricidade. Referiu o MIBEL, que foi provavelmente o termo mais usado nesta audiência, fazendo todo o sentido que dois países vizinhos estejam ordenados por políticas comuns, mas todas as críticas...

Coloco-lhe uma questão, que é a seguinte: que imperfeições encontra hoje nesse modelo que pudessem ser corrigidas?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa, tem também 3 minutos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, a minha questão é a seguinte: corrigir-me-á se estiver errado, mas tanto no caso dos concursos para o solar como no caso das mini-hídricas foi adotado um modelo de leilão de tarifa fixa para a maior oferta. Este leilão tem uma configuração que potencia uma receita para o sistema, que, neste caso, foi para o Orçamento do Estado. Há outros modelos de leilão, como seja um leilão descendente

que tem a virtude de, não constituindo receita e, portanto, não constituindo receita para o Orçamento do Estado, poder constituir forçosamente uma baixa de custos para o sistema.

A pergunta é esta: por que é que o Governo optou por um esquema de leilão feito à medida da sede orçamental de receita e não da baixa da tarifa elétrica?

De algum modo, já explicou isto, mas, agora, a minha pergunta é: quando a decisão do leilão foi tomada, já estava também tomada a decisão de incorporar no Orçamento do Estado a receita do leilão? É que, neste caso, em vez de política energética está a fazer-se política de finanças públicas.

Uma precisão só. Falou numa resolução da Assembleia da República que criou o défice tarifário. Queria que especificasse, por favor.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Foi aprovado na Assembleia da República, mas não sei se é uma resolução... Não sei qual foi o instrumento.

O Sr. **Presidente**: — Vamos evitar o diálogo.

Percebo que o PCP, afinal, sempre quer fazer a terceira ronda, mas não vai gastar os 3 minutos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É uma pergunta brevíssima.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, se admitisse dispensar-me algum tempo, pois julgo que pode ser útil esclarecer uma questão muito concreta e muito factual.

O Sr. Professor disse que, enquanto Secretário de Estado — e percebeu-se perfeitamente a sua explicação —, devido à assimetria de

informação entre os governos em geral e os *stakeholders*, normalmente, neste tipo de áreas, nunca aceitou nenhuma proposta legislativa, nenhum projeto ou diploma que tivesse sido oferecido ou sugerido por *stakeholders*. Queria perguntar em que caso é que isso aconteceu, para não aceitar.

O Sr. **Presidente**: — Para terminarmos esta terceira ronda, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Professor afirmou que discordava da privatização da REN.

Gostaria de começar por recordar-lhe que a primeira fase da privatização da REN ocorreu no Governo anterior àquele de que fez parte. Começou exatamente em 2007, por força de duas resoluções de Conselho de Ministros: a Resolução n.º 74/2007, de 1 de junho, e a Resolução n.º 87/2007, de 6 de julho.

Chamo esta circunstância à colação, porquê? É que não deixa de ser interessante que quando se privatizou 24% da REN, no Governo anterior àquele de que fez parte, o CEO da REN afirmou que era um valor muito diminuto, porquanto o ideal mesmo seria que, repare bem, o Estado não tivesse mais do que 20% na REN, à semelhança da sua congénere espanhola.

Esta manifestação e estas afirmações do Sr. Presidente da REN, que é nomeado pelo Governo, nunca ofereceram contestação. Curiosamente, o Sr. Professor não contestará, decerto, que foi o Governo de que fez parte que inseriu no Memorando de Entendimento a privatização da REN, a privatização na sua totalidade!

Oh, Sr. Professor! O Sr. Professor acusou o PSD de ter privatizado erradamente a REN. Recordo-lhe o ponto 3.31 do Memorando de Entendimento, o qual passo a ler: «O Governo acelerará o programa de privatizações. O plano existente para o período que decorre até 2013 abrange

transportes, energia, comunicações e seguros, bem como uma série de empresas de menor dimensão.». Ainda neste ponto, mais à frente, para que não haja quaisquer dúvidas, está o seguinte: «O Governo compromete-se a ir ainda mais longe, prosseguindo uma alienação acelerada da totalidade — insisto — da totalidade das ações na EDP e na REN».

Não há dúvidas nenhuma de que o Governo que V. Ex.^a integrou o pretendia de facto e assim se comprometeu internacionalmente o Estado português. Não é uma privatização parcial, é a privatização dos 51% que o Estado tinha à época. Portanto, permitir-me-á dizer que é com algum atrevimento que reputo as suas palavras quando acusa o PSD de ter privatizado a REN.

Uma segunda questão tem a ver com a evolução da dívida tarifária. Tenho aqui um quadro elaborado pela ERSE, que foi apresentado nesta comissão parlamentar, onde se nota, desde logo, que a dívida tarifária surge exatamente num Governo do Partido Socialista, ou seja, surge em 2007 e, depois, dispara em 2009.

O Sr. Professor diz «bom, não tenho nada a ver com esse aumento muito significativo, porque isso resultou de decisões anteriores tomadas, nomeadamente, pelo Dr. Manuel Pinho», ou seja, em 2007 e em 2008.

A pergunta que lhe faço é esta: o que é que justifica, então, o que aconteceu em 2012? Presumo que o ocorrido em 2012 já tenha sido responsabilidade do tempo em que o Sr. Professor foi Secretário de Estado.

E a terceira pergunta é esta: o que é que pode, então, justificar esta evolução entre 2012 e 2015? Não terá nada a ver com a PRE?

Já agora, esta sim, a pergunta final: o que é que o Sr. Professor fez enquanto Secretário de Estado que justifique a manutenção mais ou menos entre 2009 e 2011 desta dívida tarifária?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tem 12 minutos, indicativos, para a resposta.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados, mais uma vez, pelas perguntas.

Sr. Deputado António Cardoso, é com muito gosto... Aliás, peço desculpa por esta referência territorial, mas dois Deputados de Oliveira de Azeméis, terra de que gosto muito e com a qual tenho muita proximidade.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sou mais uma!

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Queria referir o seguinte: talvez um dia — permitam-me esta breve nota, pois já vamos num debate longo — também haja nesta Assembleia uma comissão de inquérito às emissões excessivas.

Foi um ponto que não avaliámos aqui e que também estava na estratégia nacional 2020 — em algumas áreas, de facto, houve ganhos significativos, enquanto noutras não houve, como nos transportes — foi, exatamente, o de ver o impacto de todas estas medidas na redução de emissões ou no não aumento de emissões.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que concordo em pleno com a ideia que transmitiu de que os custos acrescidos das *feed-in tariffs*, ou seja, dos apoios às energias renováveis, foram custos ecológicos sempre que corresponderam a uma aposta precoce em termos de maturidade tecnológica e que, a seguir, nos deram uma vitória ou um ganho quando essas tecnologias chegaram ao mercado, como estão, aliás, agora a começar a chegar ao mercado as eólicas e as fotovoltaicas.

Se — é por isso que esta comissão faz sentido e terá sido por isso que os Srs. Deputados terão querido fazê-la — alguma vez o apoio dado foi

superior ao que era justificado pelo diferencial de maturidade tecnológico, ou seja, pelo custo, então, sim, há um erro. Mas o custo que decorre da maturidade tecnológica...

Quando se iniciou o debate sobre as rendas excessivas, muito antes de esta comissão ter sido criada, eu era ainda um comentador relativamente periódico de um programa numa televisão portuguesa, no qual explicar estas questões da energia em 30 ou 40 segundos era muito complexo e, por isso, usei este exemplo: uma pessoa que tenha colocado microgeração em sua casa, em 2005, receberia – bem, não sei se ainda recebe, mas... – em 2008, 280 €; uma pessoa que tenha colocado em 2010 recebe 240 €, uma pessoa que tenha colocado posteriormente recebe 180 €... Alguns deles recebe uma renda excessiva? Não! Nenhum deles recebe uma renda excessiva, o que recebe 240 € não recebe uma renda excessiva, porque investiu mais do que aquele que recebe 180 €. Se isto estiver certo, houve um ajustamento da renda àquele que era o investimento para produzir energia.

Portanto, sempre que houve ajustamento é um custo ecológico; sempre que não houve ajustamento é o que os Srs. Deputados estão a analisar.

Sobre as imperfeições que hoje tem o mercado ibérico da eletricidade, gostava muito de poder responder, mas não conheço em pormenor, não sigo em pormenor. Mais uma vez, iria dar uma opinião e acho que não é útil dar uma opinião.

Sr. Deputado Jorge Costa, vou ser muito frontal e muito direto: o contexto é aquele que todos nós conhecemos. Nesse Natal de 2010, nesse final de ano de 2010, qual era a questão-chave de Portugal? Era se íamos ficar nas mãos da troica, ou se não íamos ficar nas mãos da troica. Se ficássemos nas mãos da troica, depois iríamos ser sujeitos a fazer coisas que não queríamos fazer, como fomos, ou se íamos conseguir evitar que isso acontecesse.

Não vou agora fazer qualquer tipo de consideração de tipo político, como o Governo caiu ou não caiu, pois são coisas diferentes, mas é óbvio que estes leilões foram feitos na perspectiva, por um lado, da aposta nas energias renováveis e, em segundo lugar, na tentativa de evitar que essa aposta fosse por água abaixo por não podermos cumprir políticas, porque o Governo tinha um *bailout*. Isto parece-me evidente.

Portanto, ninguém me explicou, vou ser muito sincero consigo, nunca chegou ninguém perto de mim e me disse isso; disseram, sim, que era importante que o leilão fosse feito de maneira a gerar receita, claro, mas ninguém me veio dizer que a receita era para o défice orçamental, mas percebi que era. Portanto, isto é muito claro!

Sr. Deputado Bruno Dias, não sei se tem ideia do que é a vida de um Secretário de Estado da Energia e Inovação; eu, pelo menos, tenho, porque o fui durante dois anos. Tinha, pelo menos, 10 reuniões por dia com potenciais promotores, consultores e empresas que me deixavam memorandos. Não tirei fotocópias, mas muitos desses memorandos eram propostas legislativas, tantas, tantas, tantas... Algumas que quis fazer e não tive tempo, por exemplo o chamado «mecanismo de mudança de operador». Não tive tempo! Porquê? Tive várias propostas feitas, prontas a usar, as propostas *a*, *b* e *c*, mas eu queria fazer a minha, para depois circular, mas não tive tempo.

Recebi muitas propostas dessas sob a forma de memorando. Qualquer presidente da câmara — e muito admiro os presidentes de câmara — que se deslocava e que tinha uma reunião comigo, tinha uma ideia para uma central de biomassa, para uma central fotovoltaica e deixava-me um memorando. Qualquer empresa que tinha uma ideia, deixava-me um memorando; alguns memorandos, também, legislativos. O que eu lhe digo é que nunca usei esses memorandos legislativos como base para nada. Percebi, algumas vezes, em que tive eu a iniciativa, outras vezes percebi que havia necessidade e fizemos

nós a legislação e depois fizemos uma circular. Acho que é muito importante e acho que, no futuro, uma das coisas que temos de melhorar, não apenas na energia, mas em termos gerais, é reforçar as competências de base da litigância do Estado. É fundamental fazer isso.

Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, não sei como é no seu partido, mas eu não concordo com todas as coisas que o meu partido faz. É claro que ou propõe ou decide; é claro que, sendo eu Sr. Secretário de Estado da Energia, se, por exemplo, tivesse havido uma proposta de privatização da REN que não fosse resultado de uma imposição do memorando, onde o PSD teve tanto papel... Enfim, o PS... Aliás, é muito discutível qual é o grau de responsabilidade para termos chegado a esse ponto, mas esse seria outro debate. Para já, quero dizer-lhe que eu não participei, pois o Governo estava em gestão e não tinha de participar.

Sei que, nessas negociações do memorando, não estava só o Partido Socialista e também quero dizer-lhe que eu não participei em nenhuma reunião e que aquilo que as pessoas que estavam a negociar por vezes pediam à Secretaria de Estado eram números — números sobre isto, números sobre aquilo.

O Governo estava em gestão, portanto não fui ouvido sobre essa situação. Se a REN tivesse sido privatizada a 100%, enquanto eu fui Secretário de Estado da Energia, eu tinha a obrigação de me ter demitido, obviamente. E aí tinha toda a razão em dizer: «Então, o senhor diz que é contra e manteve-se lá?»

Quando a REN foi privatizada a 20%, eu não tinha nada que ver diretamente com a energia, por isso não tinha de me pronunciar em particular sobre essa circunstância. Mas, nos fóruns próprios, tive oportunidade de dizer o que pensava e quero dizer-lhe que sempre pensei e continuo a pensar que...

Provavelmente, a EDP teria, naturalmente, de ser privatizada, mas isto levar-nos-ia a outro tipo de discussões sobre o futuro, sobre a forma como se deve desenhar o futuro, etc. Quanto à REN, pessoalmente penso, aliás, que as redes de infraestruturas não devem ser privatizadas. É o que penso.

O Sr. **Presidente**: — Falta a questão do défice tarifário.

O Sr. Prof. **Carlos Zorrinho**: — Em relação ao défice tarifário, volto a dizer-lhe, como referi, que foi criado, essencialmente, pela decisão que decorreu de não aumentar a energia em 30%. Durante o meu mandato o défice tarifário não foi aumentado e os aumentos seguintes decorreram de políticas de governos seguintes.

Já agora, para terminar, o défice tarifário, como sabe, é o que o Governo quiser. É bom, também, esclarecermos isto. Estou a simplificar um pouco e quero pedir desculpa às pessoas que nos estão a ver em casa, que estão aqui dentro e aos Srs. Deputados, obviamente.

No final do ano, o nosso regulador, tendo em conta os custos reconhecidos, faz uma proposta de aumento das tarifas que não aumenta o défice. Portanto, todos os governos que sucederam ao Governo do qual fiz parte tiveram uma determinada proposta de aumento da tarifa que não aumentaria o défice. O Governo tem a possibilidade de aumentar o défice, por vezes através de negociação interna com a ERSE, outras vezes chamando a si próprio a formação da tarifa...

Portanto, são decisões tomadas ano a ano. O aumento do défice tarifário é uma decisão anual, porque há um valor da tarifa com o qual o défice tarifário não aumenta, mas compreendo que, por vezes, esse valor de tarifa é incomportável do ponto de vista da economia e do ponto de vista das famílias.

Por isso, não estou a acusar de nada os governos que se seguiram. No meu ano foi possível não aumentar, embora se tenham tomado outras medidas, como também referi. Poderia ter-se reduzido se as circunstâncias do País não tivessem feito com que parte das receitas que conseguimos na energia tivessem, depois, ido para o Orçamento do Estado. Tal como é óbvio que parte dos custos da concessão foram, depois, absorvidos na lógica em que os governos seguintes tiveram de tomar a decisão. Isso é evidente! Tiveram de tomar uma decisão também em função de um preço direto que seria eventualmente superior pelo reflexo dessas concessões. É assim, é o sistema que funciona na lógica do que são os mercados e os investimentos feitos com horizontes de 25 anos.

As novas regras da União Europeia, agora, preveem horizontes de 10 anos, depois reprogramáveis de 5 em 5 anos. É um problema muito complicado que vai existir no futuro, nos mercados da energia, nos mercados digitais e noutros também: como é que conciliamos um modelo de investimento que sempre foi baseado numa lógica de recuperação de longo prazo com alterações tecnológicas de curto prazo? Mas essa é uma reflexão final que queria deixar aos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Penso que podemos terminar os nossos trabalhos. Queria agradecer aos Srs. Deputados as questões e, sobretudo, ao Prof. Carlos Zorrinho, que veio hoje de Bruxelas de madrugada e que regressará de madrugada também, pela forma como decorreu esta audição. Desejo-lhe as maiores felicidades pessoais, com a estima e a amizade que nos une já há alguns anos.

Srs. Deputados, amanhã temos, no fim do Plenário, uma reunião de Mesa e Coordenadores, onde irei apresentar uma proposta de calendarização do resto dos trabalhos dentro do prazo que temos. Se todos tiverem a mesma ambição do que eu, conseguiremos não pedir mais nenhum adiamento.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 35 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.